



# Anais da Assembléia

Nº 173

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 22 DE DEZEMBRO DE 1976

ANO II

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.<sup>a</sup> LEGISLATURA

ATA DA 263.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 1976.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Quielse Crisóstomo e Maurício Fruet.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (52), achando-se ausentes os Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Luiz Roberto Soares (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O:

O SR. PRESIDENTE – (PAULO CAMARGO) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de louvor e congratulações à equipe de Teatro Cabenfale, da Assembléia Legislativa do Estado, pela sua estréia, no Centro de Criatividade, com a peça infanto-juvenil, em prólogo em dois (02) atos, do autor paranaense e também funcionário desta Casa, que escreve com o pseudônimo de Otto Ziggemann, "Au Au Come Come".

Duas representações já levadas a efeito com grande sucesso no Centro de Criatividade, divertindo numeroso público infantil e adulto, demonstram uma valiosa contribuição desta nova equipe de teatro à cultura, e à arte cênica paranaense.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1976.

(a) PAULO CAMARGO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de voto de louvor, como reconhecimento desta Casa, pelos serviços prestados na Chefia do 15.<sup>o</sup> Distrito Sanitário, com sede na cidade de Maringá, pelo médico Antônio Godinho Machado.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1976

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Conhecemos o asseio das atividades que envolve o 15.<sup>o</sup> Distrito Sanitário, sediado na cidade de Maringá e que abrange uma cir-

cunscrição de 24 municípios, polarizados pela Cidade - Canção.

Entretanto, é de justiça reconhecer a dinamicidade empregada pelo médico-Chefe daquele órgão da Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social, o qual, com dedicação, abnegação e seriedade, desenvolve um trabalho por todos elogiado. Por isso, para que a atitude desta Casa, consubstanciada na inserção de voto de louvor atribuído ao Dr. Antônio Godinho Machado, revista-se de caráter de incentivo às criaturas participantes da vida pública, para que norteiem também, suas atividades, dentro de sadios princípios de desprendimento à causa abraçada, de forma humana e, sobretudo, cristã.

Inválida portanto, será a crítica porventura ao autor desta proposição por se tratar de homem de oposição, quando no caso presente, o merecedor deste tributo é integrante das fileiras do Governo, vez que, a ação por ele encetada diz respeito à saúde de nossa gente, que indistingue siglas partidárias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer com a aprovação do Plenário, o envio de expediente à Confederação Brasileira de Desportos, encarecendo à CBD a presença do Grêmio de Esportes de Maringá, no próximo Campeonato Nacional.

A medida irá realizar os anseios de uma região de extraordinário desenvolvimento, que abriga uma população em torno de 3 milhões de pessoas. A medida irá cumprir compromisso efetuado pelo Almirante Heleno Nunes às autoridades e ao povo de Maringá e região, de que 1977 o Grêmio de Esportes participaria inevitavelmente do maior Campeonato Brasileiro. Estrutura a cidade de Maringá possui de sobra, pois irá inaugurar no próximo dia 28 de janeiro um dos mais modernos estádios de futebol do País, seguro, confortável e funcional, com capacidade de comportar com folga 65 mil espectadores. Capacidade para proporcionar rendas espetaculares, já se provou que Maringá terá também com sobra, mesmo porque, Londrina e Maringá, possuem mercados próprios nas competições futebolísticas.

Será uma medida acertada da CBD, a inclusão do Grêmio de Maringá no próximo Campeonato Nacional. Frustrada em seus anseios neste ano que se finda, a população imensa daquela região confia plenamente na honorabilidade dos dirigentes da CBD, que haverão de cumprir integralmente a promessa efetuada em 1976.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, na forma regimental, o envio de expediente ao Chefe do Poder Executivo, solicitando se determine ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, o cumprimento das Resoluções números 502/76 e 504/76, baixadas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

Pede-se ainda, que da decisão do Plenário, seja dada ciência ao Sindicato dos Proprietários de Auto Escolas no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à SUPERINTENDÊNCIA DO BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, dirigindo apelo no sentido de que sejam aceleradas as providências, com vistas à URGENTE implantação de agência no município de Porto Amazonas, com o que se atenderá justa reivindicação de operosos coestaduanos da importante região.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1976

(a) EZEQUIAS LOSSO

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 152/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “SOCIEDADE BRASILEIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS — SOBRASP”, com sede à rua Dr. Cesário Motta Júnior, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1976

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Brasileira dos Servidores Públicos, com sede à rua Dr. Cesário Motta Júnior, 78, Vila Buarque, São Paulo Capital, constitui sociedade civil sem finalidade lucrativa, tendo como objetivo precípua o caráter assistencial de que é revestida.

Tem ainda como finalidade, a arregimentação e o congrassamento dos servidores públicos, autárquicos, assemelhados, ativos ou não, federais, estaduais e municipais, objetivando a consecução do seu bem estar sócio-cultural, econômico, financeiro e de saúde.

Encontrando-se em pleno funcionamento e atendendo às determinações previstas em lei, enquadra-se perfeitamente e justifica o presente pedido, para que a mesma venha a ser declarada de utilidade pública.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, primeiro orador inscrito. (PAUSA). — Não se encontrando presente o Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta tarde, pretendemos colocar à deliberação da Casa, dois requerimentos.

O primeiro deles diz respeito a um pedido de informações ao Departamento Estadual de Trânsito, e está vazado nos seguintes termos. (Lê): “Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer as seguintes informações:

1. — Quais os valores recebidos sob título de salários, vencimentos gratificações, vantagens de qualquer título contábil, dos Diretores, assessores, profissionais liberais, técnicos de qualquer natureza, especialmente economistas, ou ainda pagos para firmas coletivas ou individuais, que prestam assessoramento técnico ou profissional de nível universitário ou não, todos ligados ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

a) Que a referida informação venha acompanhada de cópia ou xerox das folhas de pagamento mensais, onde deverá conter, em separado, o salário ou vencimento básico mensal e em destaque as gratificações ou outros pagamentos já percebidos ou a receber.

b) Que, na mesma informação conste em separado o valor pago ou gasto pelas pessoas ocupantes dos cargos ou serviços acima indicados, com referência a despesas de viagens, constando da informação: ajuda de custo, diárias, hospedagem, alimentação, condução ou outros gastos, enfim, toda e qualquer despesa efetuada pelos ocupantes de cargos ou empregos acima indicados;

c) Qual o critério adotado pelo Instituto para admissão de funcionários em seu quadro;

d) A presente informação deverá atingir todos os meses separadamente do corrente ano de 1976.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1976.

(a) ADALBERTO DAROS

JUSTIFICATIVA:

Como facilmente pode ser observado o presente pedido de informações, é de grande importância e esta Casa poderá estar perfeitamente esclarecida com os gastos feitos pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, com respeito às despesas da cúpula administrativa, seus assessores, técnicos, com todos os que servem àquele órgão.

Nós que conhecemos a atual situação dos quadros dos servidores de todos os Poderes do Estado do Paraná, temos a obrigação de não cometer erros e muito menos deixar que estes enganos sejam cometidos.

A oportunidade é das melhores, e estas informações virão em data apropriada, tendo em vista que o próprio Governador do Estado em declarações feitas aos órgãos de divulgação, afirmou que remeterá mensagem de aumento de vencimentos e vantagens aos servidores públicos do Estado.

Da mesma forma, o Sr. Secretário dos Recursos Humanos e outros elementos ligados ao Exmo. Sr. Governador, afirmam que o Governo enviará para aprovação desta Casa, mensagens de reestruturação de vários órgãos, fato este que não tem a negativa do Sr. Governador, que já afirmou sua vontade de acertar a triste situação do funcionalismo público.

Estou certo que este pedido de informações contará com o apoio dos Srs. Deputados, para que com os dados remetidos a este Poder, possamos amanhã estudar com maior clareza o que se pretende, e que também não sejamos julgados pela laboriosa classe dos funcionários, como insensíveis, bem como pelo povo de nossa terra como irresponsáveis, uma vez que o Estado vive às custas dos homens e mulheres que trabalham em favor do progresso deste Estado”.

Outro pedido de informações é encaminhado ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, e diz o seguinte. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, requer as seguintes informações: 1. - Valor geral e total recebidos pela Sociedade Paranaense de Cultura, Entidade mantenedora da Universidade Católica do Paraná, por força de Contrato de Prestação de Serviços firmado entre esta entidade e o Departamento Estadual de Trânsito do Paraná - Detran, órgão da Secretaria de Segurança Pública, para a realização de exames de sanidade física e mental e exames psicotécnicos.

a) O total geral diz respeito ao exercício de 1975, e o recebido pela Sociedade acima indicada durante os meses do corrente ano de 1976.

2. — Qual o valor gasto pela Sociedade Paranaense de Cultura, por exame feito, o custo real dos exames e o valor unitário e geral;

3. — Qual o valor reservado para os cofres públicos, informar o valor unitário e geral;

4. — Qual o valor de todos os equipamentos, material de consumo e outros gastos tidos pelo Governo do Estado para cumprir determinações do Conselho Nacional de Trânsito, referente ao Contrato firmado e acima indicado, materiais estes entregues pelo DETRAN-PR;

5. — Qual o critério adotado pelo DETRAN, para a renovação de Contrato com a entidade referida, tendo em vista Contrato assinado em 16 de fevereiro de 1976, tendo como data inicial 20 de fevereiro de 1976, e publicado no Diário Oficial de 05 de maio de 1976, com cláusula de retroatividade (cláusula nona) a contar de 01 de janeiro de 1976, até 31 de dezembro de 1976;

6. — Informar qual o jornal e Diário Oficial (dia e mês) que publicou a Licitação pública, que resultou no Contrato entre o DETRAN e a referida Sociedade.

7. — Quais as providências adotadas pelo DETRAN, para que os exames fiquem de sua exclusiva responsabilidade, revertendo desta forma toda a arrecadação aos cofres do Estado, a fim de atender outras despesas e evitar erros já conhecidos da opinião pública;

8. — Caso seja possível outros esclarecimentos, além dos aqui solicitados, pedimos sejam enviados com urgência, tendo em vista que em data de 31 de dezembro de 1976, termina o prazo do contrato existente.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1976”

Senhor Presidente, Srs. Deputados. Após a leitura desses dois requerimentos, se o tempo me permitir ainda, gostaria . . .

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO). — V.Exa. tem ainda 1 minuto.

O SR. ADALBERTO DAROS — . . . gostaria, a pedido de pessoa que nos procurou nesta Assembléia, de ler uma pequena carta dirigida ao Diretor Presidente da TELEPAR. (Lê):

“A vida e a educação nos ensinam que devemos ter paciência frente aos problemas. Temos tido, principalmente com a TELEPAR.

No decurso deste ano, várias foram as reclamações que fizemos em virtude do emudecimento de nosso telefone residencial, 52-1214. Várias também foram as escusas apresentadas pela Telepar, que aceitamos, pois os reparos não ultrapassaram mais de setenta e duas horas.

Agora, contudo, a demora já se constitui abuso, isto porque, pela tarde do dia 10-12-76, nosso telefone emudeceu outra vez.

Imediatamente comunicamos ao serviço de reparação que prometeu sanar o defeito na segunda-feira (13/12/76). Promessa não cumprida. Dia seguinte, terça-feira, estivemos pessoalmente na Telepar e levamos o problema ao setor competente. Anotaram, telefonaram ao serviço de reparação e novamente prometeram reparo definitivo para quarta-feira.

Hoje, sexta-feira, infelizmente o "mudinho" continua "emburrado".

Senhor Presidente, há um limite de espera, e este, lamentavelmente já está se esgotando, até porque, quando o assinante atrasa o pagamento de sua conta, quem se torna intolerante é a Telepar. As multas, acréscimos e desligamentos são as armas (arbitrárias) de que se utiliza a empresa.

É justa a desigualdade, sobretudo aos assinantes que sempre procuram cumprir suas obrigações? Um único esquecimento do assinante pontual deve equipará-lo ao relapso?

Senhor Presidente, permito-me dar-lhe conta de que irei levar o fato ao conhecimento da Assembléia Legislativa do Estado, por intermédio de um Senhor Deputado. O outro passo, lamento dizer-lhe, seria o Judiciário, que, como o ilustre Presidente sabe, é o derradeiro recurso, ao menos para acautelar interesses.

Sem mais, respeitosamente,

(a) Dr. Jamil Feliz"

Era somente isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto, inscrito.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebi a honrosa incumbência do eminente Deputado Nilso Sguarezi, de dar conhecimento ao plenário desta Assembléia Legislativa, o parecer final da Comissão Especial autorizada por este mesmo plenário, para estudo do Pinheirão - Estádio do Paraná.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente, fazer um breve relatório da Comissão e dos trabalhos por ela realizados.

A Comissão era composta dos eminentes Deputados Quilse Crisóstomo da Silva, Jorge Sato, Gabriel Sampaio, e este Deputado como titulares e Jurandir Messias e Dácio Leonel como membros suplentes, todos indicados pela Aliança Renovadora Nacional.

Pelo Movimento Democrático Brasileiro, fizeram parte da aludida Comissão os Srs. Deputados Nilso Sguarezi, Luiz Carlos Zuk e Adalberto Daros, como membros titulares e Muggiati Filho como suplente.

Em sua primeira reunião, a Comissão, por decisão unânime, isto é, por maioria, elegeu o Sr. Deputado Nilso Sguarezi como Presidente, Jorge Sato como Vice e este Deputado foi designado Relator.

Diversas pessoas foram convocadas para prestar depoimento, e eu me permito relacioná-las: Cel. Esperidião Feres - Presidente da Federação Paranaense de Futebol; Sr. Haroldo Albergue, Diretor Financeiro da Federação Paranaense de Futebol; Sr. Celso da Costa Sabóia, Diretor Superintendente do Banco do Estado do Paraná; Sr. Onadir de Matos, ex-Diretor FINANCEIRO DA COCEP; Sr. Harro Olavo Muller, ex-Engenheiro Fiscal da COCEP; Sr. Cláudio Manoel de Loyola e Silva, Diretor da CESBE; Sr. Nei Guimarães, ex-Tesoureiro da COCEP; Sr. Luiz Geraldo Mazza, jornalista; Sr. Daltro Menezes Simões, representante da firma de publicidade Mercabi SA., Lubumir Ficinski, Diretor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba; Sr. José Milani, ex-Presidente da Federação Paranaense de Futebol; e, finalmente, o Sr. Manoel Machado, Presidente da CODEL, entidade de Londrina.

Diversos documentos foram solicitados e enviados à Comissão para que melhor se pudesse estudar a situação em que se encontra a Obra Estádio do Paraná, já denominado Estádio Pinheirão.

Apurados os fatos, a Comissão aprovou relatório preliminar, em

que concluiu que a única solução para dar continuidade e chegar no menor tempo possível, entregar em condições de uso o referido Estádio, seria propor a Instituição de uma fundação a ser desenvolvida pela Prefeitura Municipal de Curitiba, resguardados e garantidos os direitos adquiridos de cadeiras.

E hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Comissão aprovou, encerrando-se os trabalhos, um parecer conclusivo, que na qualidade de relator, ofereci e que passa, portanto, a significar, pela aprovação, a opinião da Comissão, no que diz respeito ao Estádio do Pinheirão.

Em reunião realizada a quatro de novembro último, a Comissão Especial, para estudo do Pinheirão, aprovou o relatório preliminar, que subscrevi ao cabo da fase de instrução. Neste relatório preliminar, assinalei que tendo em vista o que foi ouvido e apurado pela Comissão Especial, uma das poucas sugestões que nos foram apresentadas — e que nos parece viável — é no sentido de que as obras do Estádio do Pinheirão, tenham a possibilidade de chegar a uma conclusão, no menor tempo possível. Veio assim a se propor a instituição de uma Fundação pela Prefeitura Municipal de Curitiba, resguardados e garantidos os direitos de cadeiras. Fixou-se assim a Comissão, num ponto de vista que merece, agora, ser definido por inteiro.

A primeira indagação à opção feita, diz respeito à escolha do Poder Público, e a partir daí, o regime de Fundação, para dar continuidade às obras do Estádio do Paraná, que já foi batizado com o nome de "Pinheirão". Convém, desde logo, ressaltar que a Comissão Especial foi instituída tendo em conta o interesse público, que embasa a questão relativa ao Estádio do Paraná. Este interesse público que está em foco, consoante muito bem frisou o autor do requerimento de constituição desta Comissão, exige uma definição em que se apurem as causas da não conclusão das obras, das responsabilidades dos desmandos, se houverem, bem como se procure uma solução ao presente problema.

Ora, ficou exaustivamente comprovado, a incapacitação a todos os títulos, da Federação Paranaense de Futebol, de gerir a obra. Tanto isto é verdade, que a obra foi paralisada, e a Federação afundada em dívidas vultosas. E, o que é pior, a obra perdeu, perante o público, toda a credibilidade, sendo que este conceito de valor é essencial, notadamente neste tipo de infringimento.

Outra alternativa não resta a esta Comissão, diante desta situação, se não recomendar a intervenção do Poder Público, que no caso, deve ser de âmbito municipal, seguindo na esteira dos bons exemplos de Londrina e Maringá, municípios onde a idéia vingou, e por isto, já existem dois Estádios de Futebol. Além do mais, os problemas que um Estádio de Futebol provoca, têm solução a nível municipal onde se desenrolam as questões viárias, transporte de massas, etc.

Por outro lado, o regime de Fundação escolhido, também provou, nos mesmos municípios, de Londrina e Maringá, serem adequados para dar consecução a tal mister. É que com as Fundações valem os fins e não só os meios. Razoável e justo que a administração deles se aproveitem como órgãos que, na espécie, se integram à unidade de sua política administrativa, não forçando aproximações dispensáveis ou analogias acidentais, deixando a autarquia num lado, na sua função, e a fundação de outro, ensina Franco Sobrinho. Aliás, o problema do fim é essencial às fundações, no fim está o interesse digno de proteção, o interesse público que a administração visa resguardar, como fundadora.

Ninguém pode negar, que a construção do Estádio de futebol, tem como substrato o interesse público. Não pensar assim, é rematada falta de bom senso, pois basta lembrar que o relacionamento entre o futebol e o público, é medido na razão direta da reciprocidade e necessidades. Não há futebol sem público, assim como só haverá público no Estádio, se futebol houver. E que o futebol é tema de interesse público, até como afirmação de um valor ainda perene da nacionalidade brasileira, o último campeonato brasileiro deu excelente mostra, pois só a incrível torcida Corintiana levou às bilheterias, pouco mais de 24,7 milhões de cruzeiros, deslocando-se por todo o País, para acompanhar os jogos do time paulista.

Isto posto, é de toda a conveniência neste parecer conclusivo, (lê): "estabelecer alguns pressupostos, a título de recomendações, que poderão servir de orientação à Prefeitura Municipal de Curitiba, se tiver interesse em assumir a responsabilidade de prosseguir as obras do Estádio do Paraná.

Assim, temos a propor:

a) redimensionamento da obra, visando retirar-lhe o porte faraônico, tudo conforme sugestões feitas, entre outros, pelo Deputado Harro Olavo Mueller, em depoimento prestado nesta Comissão;

b) reestudo do projeto original para efeito de proporcionar a prática de outras modalidades esportivas;

c) regularização jurídica da área onde está localizado o estádio;

d) desapropriação do estádio e da área adjacente consecutiva, do Patrimônio da Federação Paranaense de Futebol, mediante composição da dívida da entidade no Banco do Estado do Paraná SA, contudo resguardadas as garantias e direitos dos adquirentes de cadeiras”.

É essa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a síntese...

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) A Mesa comunica que seu tempo já está esgotado e concede-lhe mais um minuto.

O SR. ACCIOLY NETO — É esta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a síntese dos trabalhos da Comissão Especial para estudo do Pinheirão, e tem essa Comissão, através de seus membros, a absoluta convicção de que com os trabalhos realizados, ela nada mais fez do que honrar a responsabilidade que recebeu deste Plenário e atingiu, indubitavelmente, os fins à que se propôs. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulín, inscrito.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Na semana que passou, um ilustre Deputado da Oposição, ocupou a tribuna desta Assembléia Legislativa do Paraná, para lembrar a imensa contribuição da Revolução Francesa em favor dos ideais de liberdade do homem. Concordamos com o nobre Deputado.

No entanto, esqueceu o Parlamentar de comentar que no caso de Angola, a independência concedida à custa de muitas lutas, acabou levando a uma distorção do princípio empregado e defendido por muitos, da auto-determinação dos povos. Num mundo que tanto fala em auto-determinação — a ponto de se tornar a palavra um jargão na boca de alguns — o ditador cubano Fidel Castro, aproveitou os legítimos ideais de liberdade do povo angolano para se compor com u’a minoria que acabou implantando um regime que veda toda liberdade.

No momento da independência de Angola, os colonos portugueses foram obrigados a fugir do País, deixando seus bens, seus parentes, seus sonhos, porque não tinham mais liberdade. Quer dizer, a auto-determinação implantada com as armas cubanas e soviéticas, cuidou de tudo, menos dos direitos humanos que se proclama tantas vezes. Onde estão os direitos humanos em Angola? Que situação obrigou 200 ou 300 mil colonos e famílias a retornar para Portugal, donde hoje querem sair para o Brasil, à busca de nova vida?

A realidade é que aquelas nações (e seus regimes políticos liberais) que não se protegerem contra o expansionismo vermelho, correm sério risco, na atualidade. Felizmente o Brasil encontrou meios de auto-defesa contra estes verdadeiros inimigos das liberdades individuais e da legítima auto-determinação dos povos.

Tanto o Presidente Geisel, ao pregar a distensão gradual, como o Programa de nosso Partido, a Aliança Renovadora Nacional, são pelo Estado de Direito.

“Estado de Direito — diz o programa da ARENA que defenda e resguarde os ideais e a forma democrática de vida, repudiando a contestação das minorias ativistas e neutralizando, pronta e eficazmente, as ofensas ao regime e à ordem”.

“Somos pela manutenção de dispositivos capazes de coibir agitação e subversão da ordem, a qualquer momento. Porque as Democracias que não encontrarem mecanismos de salvaguarda, serão tragadas no

expansionismo comunista, que a cada ano engole mais uma Nação. E cujos chefes, uma vez no poder, mantêm-se nele por meio da mais brutal ditadura que a história jamais conheceu e dele só saem quando sobrevém a morte.

Traidores dos ideais de liberdade, não obstante, antes de empolgar o Poder, pregam a auto-determinação, os direitos humanos, e toda sorte de princípios superiores pelos quais o homem se fez civilizado”.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALFREDO GULIN — Por gentileza, estamos no Pequeno Expediente, e eu já falo no Pequeno Expediente, porque não quero conceder apartes.

“Pregam a liberdade para depois suprimi-la, tão logo cheguem ao Poder”.

O Brasil, estou certo, Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Tem a palavra, pela ordem o nobre Deputado.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente.

Eminente Deputado Alfredo Gulín, compreendo-lhe a intenção do porquê não conceder apartes a quem quer que seja.

É perfeitamente compreensível. Apenas, Sr. Presidente, S. Exa. está lançando uma série de graves e profundas acusações e nós não podemos detectar a quem S. Exa. agride de forma tão frontal e tão violenta, para que essa Casa não incorra, Sr. Presidente, num clima de não poder detectar o que ocorre.

Pediria à Mesa, que convidasse o eminente Deputado Alfredo Gulín, a declinar a pessoa, ou a quem S. Exa. está se referindo.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Denegada a questão de ordem. Continua com a palavra o nobre Deputado Alfredo Gulín.

O SR. ALFREDO GULIN — Apenas eu quero dizer ao nobre Deputado, que a pessoa que falou nesta Casa, por ocasião — segundo ele falou — da Revolução Francesa, em que a Revolução Francesa foi que implantou o Direito do Homem no mundo, foi o Deputado Nilso Sguarez. Ele falou tudo, e até de uma forma coercitiva, querendo mostrar que os governos devem se manter num sentido que não venham a provocar essas causas, como falou, também, no caso de Cuba.

O que eu quero falar neste caso perigoso, que nós temos aqui o Ministro de Portugal, que veio pedir ao Presidente da República, para abrigar 200, 300 mil pessoas que tiveram que fugir de Angola, ir para Portugal, na hora, no momento que iam fazer sua independência. Para viver livres, terem sua pátria, sua colônia, eles tiveram que fugir, sair para Portugal, e hoje, vem aqui o Governo de Portugal pedir ao Brasil para que não abandonemos esta gente. É bom se dizer que esta é a terra de todos.

O SR. ENÉAS FARIA — É isto que nós queríamos saber.

O SR. ALFREDO GULIN — Nós não podemos consentir, nós precisamos trabalhar pelo bem de nosso povo, pela independência política e econômica deste País. Mas, também, devemos manter a liberdade para nossa gente e nossos filhos. E, para isto, nós precisamos trabalhar, e nós conseguiremos, através da luta e do trabalho, e isto será para nós, será para nossos filhos, no futuro, e não por uma minoria que se apossa do Poder e, para nunca mais sair, só quando morre é que sai do poder. Isto não serve nem aqui e nem em parte nenhuma. Este processo, esses direitos, graças ao Cristianismo, é que apareceram na face da terra.

É isto que temos que defender; é isto que vale tudo na nossa vida. De resto, não vale nada. E o que se pregou na Revolução Francesa, a liberdade do homem. E eu pergunto aos Senhores, qual é a coisa mais importante depois da Vida? Não é a liberdade?

Então, meus amigos, é este o trabalho que nós temos que fazer aqui nesta Assembléia, Conscientizar o nosso povo e nossa gente, o trabalho tem que ser esse, Governo e povo, e haveremos de fazer deste País uma grande Nação. Isto é o que nós temos que fazer, nobre Deputado.

E vou concluir. (Lê): "O Brasil, estou certo, Srs. Deputados, encarna na alma nacional o ideal da liberdade dos cidadãos e da democracia política. Busca a efetiva independência econômica e social. Mas não se descuida das minorias ativas que tendem a cada instante, solapar os princípios fundamentais de nossa formação cristã e ocidental".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (PAULO CAMARGO) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O assunto que iremos abordar hoje da tribuna desta Assembléia é da nossa maior preocupação e também do Movimento Democrático Brasileiro, e diz respeito à ínfima remuneração que percebe o funcionalismo público do Paraná.

Este problema foi abordado recentemente por colegas meus da bancada do MDB.

De forma alguma pretendemos ofuscar os apelos aqui feitos, mas, muito pelo contrário, trazer elementos novos que venham reforçar os argumentos e solicitações aqui apresentadas.

Do nosso ponto de vista, associando de um lado a situação econômica e financeira do Estado, e de outro, os gatos do Governo Estadual para com seu funcionalismo, é algo que nos preocupa profundamente, e também, tenho certeza, a todos os oito e meio milhões de paranaenses.

Temos ouvido e sentido que a situação econômica e financeira do Estado do Paraná é excelente, sendo hoje um dos poucos Estados da Federação em condições de executar um amplo programa de investimentos, na nossa já carente infraestrutura econômica e social.

Sob este aspecto, temos que louvar os nossos administradores financeiros por sua gestão à frente dos órgãos de Planejamento e Finanças, num esforço realista e pragmático de sanear e bem controlar as finanças estaduais, ação essa que começou no Governo do saudoso Professor Parigot de Souza.

Porém, todo esse esforço que o Estado vem fazendo, em nada resultou para a operosa classe do funcionalismo estadual, ou seja, a todas as pessoas que direta ou indiretamente vêm colaborando para que o Estado do Paraná, atinja elevados níveis de desenvolvimento.

Da mesma forma que remunera o fator de produção capital, é necessário e imperioso remunerar o fator de produção mão de obra, ou seja, no nosso caso, o funcionalismo estadual.

Perguntamos de que forma o Governo do Estado quer alcançar maior eficiência de sua máquina administrativa, se não paga o justo e merecido para quem faz caminhar a administração do Estado?

Através de consultas que efetuamos a Orçamentos dos anos de 1976 e 1977, verificamos com espanto que:

1 – Em 1976, do total Orçamentário de 6,4 bilhões de cruzeiros apenas 2,5 bilhões foram gastos com pessoal e encargos sociais, ou seja, apenas 39,7 por cento do Orçamento;

2) – Em 1977, os gastos com pessoal praticamente permanecem inalterados no percentual de 41,4 por cento.

O Orçamento do Estado é de 9,4 bilhões de cruzeiros e apenas 3,9 bilhões se destinam ao pagamento de pessoal.

Isto é irrisório para os 80.000 funcionários do Estado.

Também sabemos que o Estado do Paraná, é um dos Estados, obviamente dentro de sua condição, que menos gasta com pessoal.

Ou seja, o nosso funcionalismo é um dos mais mal pagos em todo o País.

Onde está o Estatuto do Magistério e o Plano de Reclassificação do Funcionalismo Estadual?

O funcionalismo federal, recentemente, foi beneficiado pelo seu Plano de Reclassificação.

Então, podemos concluir com muita tristeza e apreensão, que:

## O ACHATAMENTO DE SALÁRIOS DO PESSOAL DO ESTADO, É QUE ESTÁ FINANCIANDO O PROGRAMA DE OBRAS DO GOVERNO ESTADUAL.

Assim sendo, apelamos ao Exmo. Sr. Governador Jayme Canet Júnior, para que cumpra a sua promessa de valorizar o HOMEM em seu Governo, pois acreditamos que 80.000 pessoas constituem uma parcela significativa da população, e que aproximadamente 400.000 pessoas estão sendo prejudicadas pelo achatamento salarial imposto pelo Governo Estadual. Apelamos, pedimos e suplicamos um aumento justo para o funcionalismo estadual, porquanto, bem sabemos o quanto de dificuldades, estão passando neste momento.

Da mesma forma apelamos que o percentual que venha a ser concedido de imediato, supere o percentual de 25 por cento sugerido pelo Sr. Ministro da Fazenda, dado que essa restrição é apenas para Estados que recebem transferências federais maciças.

E este não é nosso caso.

A inflação de 1976, será superior a 45 por cento, segundo técnicos do Governo Federal.

Portanto, um aumento que não leve em conta a inflação, pelo menos, estará contribuindo para agravar a penosa situação do funcionalismo estadual.

Sr. Governador Jayme Canet Júnior, acreditamos no seu bom senso de administrador e, sobretudo, na sua formação humana e cristã.

Ampare condignamente o funcionalismo do Paraná, não os deixe mais passar por tantas dificuldades.

Esperamos que se faça justiça a essa nobre classe, que muito tem feito para o progresso do Paraná".

Era este o nosso pequeno pronunciamento. E um requerimento que acompanha, a fim de que o mesmo seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos.

Disse, e repito, o assunto foi por vários colegas, principalmente pelo Deputado Tolentino, abordado com muita propriedade e corroborando com este Deputado, e com os demais que têm defendido esta tese, trouxemos hoje fatos novos, que devem ser ponderados, e se o forem, com certeza, este nosso objetivo, como dos colegas que me antecederam nesta tribuna, tratando deste mesmo caso, será alcançado.

– (É ENCAMINHADO À MESA O SEGUINTE REQUERIMENTO:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer seja enviada cópia do pronunciamento que acabamos de fazer, ao Exmo. Sr. Governador do Estado, e ao Exmo. Sr. Secretário de Recursos Humanos.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1976.

(a) NELSON BUFFARA

O SR. PRESIDENTE – (PAULO CAMARGO) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomamos à tribuna, apenas para justificar um requerimento que encaminho à Mesa. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei número 145/76, apresentado nos últimos dias de novembro próximo passado, com o objetivo de alterar disposições da Lei número 6414, de 03 de julho de 1973, no sentido de doar parte do lote número 1, da Gleba Cascavel, para que ali se construísse um Parque Verde.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Como é de nosso costume, antes de elaborarmos o referido Plano

de Lei, de darmos entrada do mesmo em plenário. Verificamos em meados do corrente ano, que, apesar de já terem transcorridos quase três (03) anos da sanção da Lei 6414/73, sem que a mesma estipulasse quaisquer condições ou impusesse o menor ônus para a doação proposta, esta ainda não fora efetivada, o que nos levou a crer existir desinteresse das partes.

Providenciamos, então, a ultimização do trabalho, o qual, como já dissemos, foi apresentado em plenário no final do mês passado.

Logo em seguida, tomamos ciência de correspondência dirigida a V. Exa., pela qual se dava ciência a esta Casa que a escritura de doação do terreno já teria sido assinada e procedido seu registro no Cartório competente da Comarca de Cascavel.

Providenciamos, em seguida, trazer dados concretos, baseados em documentos hábeis, para que pudéssemos tomar uma posição definitiva sobre esse assunto de interesse da região que representamos.

Conforme expediente que recebemos em data de 20 do corrente, oriundo do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, contendo fotocópias da transcrição anexa, procedida no dia 05 de julho do corrente ano, não restam mais dúvidas de que o Projeto de Lei em tela ficou sem objeto.

Assim sendo, para evitar maior trabalho por parte das douts Comissões desta Assembléia Legislativa e, reconhecendo que finalmente a doação foi formalizada na forma prevista pela Lei 6414/73, requeremos a retirada do Projeto de Lei número 145/76, apresentado no dia 29 de novembro de 1976, versando sobre nova distribuição da doação do imóvel, pedindo o seu arquivamento.

Esse imóvel, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é parte da gleba em que um ato institucional confiscou os bens do ex-Deputado Aníbal Khouri e que se encontra cravado no perímetro urbano, mais precisamente, na parte quase central da cidade de Cascavel, impedindo, assim, o desenvolvimento da cidade.

Entendíamos que era necessário que o Governo do Estado procedesse a doação da metade, pelo menos, daquela área.

E como não havia, no Registro de Imóveis, qualquer registro de doação que se presumia não existir, então procedemos a elaboração deste Projeto de Lei.

Entretanto, com a notícia que tivemos conhecimento, solicitando da Presidência que determine às Comissões competentes o seu arquivamento.

Muito obrigado. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Consulto à Liderança do MDB se deseja usar do tempo que lhe é reservado?

Com a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Lendo): “Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Ao se encerrar, com esta convocação extraordinária, o ano legislativo de 1976, devo cumprimentar simbolicamente desta tribuna, a todos os Deputados que compõem o Poder Legislativo do Paraná, e a todos os funcionários e auxiliares que conviveram conosco e que nos ajudaram no exercício de nossas funções.

Sou gratificado e orgulhoso de pertencer ao Legislativo, que é o pulmão da democracia. Sei que o Legislativo, que sempre foi desarmado, é hoje um poder exposto e expropriado em sua soberania. Mas é um poder que resiste. Os parlamentos foram sempre os grandes centros de idéias e de debates, de vigilância e de fiscalização.

JEAN-PIERRE LASSALE, analisa-o bem:

“Na verdade, um Parlamento não tem a exclusiva missão de elaborar Leis; assume também para com o governo, uma função de vigilância, que é essencial em regime democrático. Essencial por que? Porque a existência de um CONTROLE parlamentar permite evitar que o Executivo, em certos domínios, prossiga uma política autônoma furtada à atenção do público. A tutela das assembléias força o governo a revelar os seus intentos e objetivos e permite que os governados sejam infor-

mados por pessoas interpostas sobre as consequências e modalidades da ação governamental. Esse controle é tanto mais necessário atualmente quanto é certo que o Executivo dispõe de poderes cada vez mais extensos e que, em todos os domínios, o papel dos peritos na determinação de uma política se torna cada vez mais preponderante. Sem controle parlamentar, o aparelho do Estado corre o risco de ser confiscado em proveito de funcionários irresponsáveis, e daí que vejamos um verdadeiro poder tecnocrático perfilando-se atrás do abrigo da democracia.

“O problema consiste, pois, em sabermos em que medida os Parlamentos modernos estão em condições de controlar eficazmente o poder governamental”.

Está com a razão o Professor da Universidade de Lyon. Devemos lutar, agora e aqui, para aperfeiçoar e reforçar esse controle e sobretudo para restabelecer a soberania do Poder Legislativo, da mesma forma que devemos restabelecer os predicados da Magistratura, usurpados, um e outro, juntamente com a autonomia dos Estados e dos Municípios, e a segurança dos cidadãos, pelo terrível e abominável instrumento de exceção, que é o AI-5.

Mais do que testemunhas, somos também participantes do momento histórico presente. Lutamos a luta que cumpre ser lutada nesta hora.

STHENDAL conta, em “O Vermelho e o Negro”, de um homem que viajava pela França quando, na estrada, viu dois homens montados em cavalos seguidos de muitos outros homens que marchavam, uns maltrapilhos, outros mutilados; uns chorando, outros cantando.

Testemunhou a cena, e continuou viagem.

Só tempos depois, lendo os livros de História, ficou sabendo que aqueles dois homens a cavalo eram os generais Napoleão e Ney, que voltavam, comandando o remanescente de suas tropas, da batalha perdida de Moscou.

Aquele homem não tinha consciência do momento político em que vivia, como não tinha consciência aquele caboclo do Vale do Jequitinhonha, quando lhe perguntaram em que país morava e ele não soube dizer o nome.

Mais do que ninguém, estamos obrigados a ter consciência crítica dos fatos presentes, dos homens presentes, do mundo presente. Devemos condenar a estagnação, porque sabemos que água estagnada é água apodrecida. Por isso, não podemos temer crises, vicissitudes, dissabores. Por isso, queremos transformações constantes, já que a transformação é o próprio sentido da História.

Eis porque, proclamo com orgulho: Sou do Movimento Democrático Brasileiro. E foi assim, honrado e humilde, que exerci a liderança da nobre bancada oposicionista nesta Casa, neste ano da graça de 1976. Nesse exercício, não tive temores e nem pedi favores. Creio tê-lo exercido com dignidade.

Queixas, não as tenho. Dispensei a cada membro de minha bancada o respeito que cada um merece, como cidadão e como deputado.

Agora, neste final de ano, e nesta minha última fala, tenho a satisfação de passar a Liderança do MDB nesta Casa, que recebi há um ano das mãos honradas do Deputado Muggiati Filho, para as honradas mãos do Deputado Trajano Bastos, de quem serei soldado. Que seja feliz no cumprimento de sua missão, em 1977.

Sou agradecido a todos”.

O SR. PRESIDENTE — (MAURÍCIO FRUET) Concedo a palavra à Liderança da Arena.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encerram-se hoje os trabalhos da II Sessão Legislativa Ordinária da Oitava Legislatura, e, dentro dessa II Sessão Legislativa, estamos findando os trabalhos de um período extraordinário, para o qual fomos convocados pelo Poder Executivo, a fim de que pudesse este Plenário debater matéria de vital importância para a vida administrativa e política de nosso Estado.



Ao encerramento dos trabalhos legislativos desta sessão legislativa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cabe à Liderança da Arena, e à Liderança do Governo externar os seus mais profundos agradecimentos à Mesa, aos Srs. Deputados do meu Partido, a ARENA, e aos Srs. Deputados do Movimento Democrático Brasileiro; agradecer a atenção, o zelo e o apoio que sempre merecemos, Sr. Presidente, dos funcionários deste Poder; dirigir aos homens e às mulheres que, em nome da imprensa do Paraná, cobrem os trabalhos legislativos, uma palavra de agradecimento pela maneira correta com que têm divulgado os trabalhos desta Casa.

No agradecimento que faço, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta que possivelmente será minha última intervenção como Líder da bancada da ARENA e como Líder do Governo, desejo ressaltar que, embora a posição de acanhamento com que está situado hoje o Poder Legislativo dentro dos três Poderes, pudemos assistir e participar de um Poder que foi atuante quando chamado a deliberar sobre matéria que diz, de perto, respeito ao desenvolvimento de nosso Estado e bem estar de nossa gente. Desejo também, Sr. Presidente, enaltecer a todos quantos tiveram e têm a compreensão das dificuldades da hora presente, para almejar que todos tenhamos a certeza de que estamos a vislumbrar um futuro grandioso para o nosso Estado e para nosso País.

Sabemos que dias difíceis virão, Sr. Presidente, mas as dificuldades haverão de ser superadas e os obstáculos haverão de ser transpostos porque nesta Casa trabalham, Sr. Presidente, homens que têm, no valor e nas virtudes que a cada um abriga, a compreensão de que nós haveremos de alcançar os objetivos colimados, e de continuar nesta Casa mantendo o estreito diálogo que visa a solução dos problemas paranaenses.

Desejo, também, Sr. Presidente, ressaltar que apesar da intervenção de parte à parte, algumas vezes acaloradas porque isto é próprio dos Parlamentos, soubemos sair das pugnâncias, todos nós, mantendo acima dos interesses político-partidários e pessoais de cada um, os valores maiores da preservação da amizade e do bom entendimento.

Que, ao final desta segunda Sessão Legislativa da Oitava Legislatura, tenhamos todos, Sr. Presidente, como tenho certeza, temos todos nós, a certeza de que dia primeiro de março, aqui voltaremos a nos reunir para o debate sempre sério dos problemas que a esta Casa serão submetidos, e haverão de merecer, sempre, a solução digna de nós mesmos. Aquela que será, como tem sido, a mais correta, a mais justa, a mais humana.

Ao Poder Executivo, ao Poder Judiciário, a certeza de que, no próximo ano, haveremos de manter a mesma independência dentro do mesmo espírito de entendimento que até hoje foi possível manter. E, aos eminentes Deputados do meu Partido, da Aliança Renovadora Nacional, os profundos e sinceros agradecimentos, daquele que teve a honra de liderá-los já por alguns anos, neste, e no Governo anterior.

E não cabem, Sr. Presidente, nesta hora, outras expressões que não aquelas de gratidão pelo apoio, pela ajuda, pela amizade e pelo companheirismo.

O SR. BASÍLIO ZANUSO – V. Exa. me permite um aparte? – (Assentimento).

Deputado Ivo Thomazoni, após as palavras do ilustre Deputado Osvaldo Macedo, quando, estando nesta tribuna, falava de sua despedida da liderança de sua bancada que, com galhardia, com dignidade, que com muita inteligência soube se desincumbir nesta missão honrosa e difícil e quando agora, também V. Exa., Líder da nossa bancada, profere estas palavras finais de período legislativo, eu queria também prestar, nestas palavras minhas, uma homenagem que, talvez, seja o pensamento de todos os Srs. Deputados, para com V. Exa. e para com o Deputado Osvaldo Macedo.

V. Exas., souberam, como disse, com galhardia, com inteligência, de ambos, com dedicação, com garra, souberam se desincumbir com altivez, razão pela qual, eu solicito o aparte, para me congratular com V. Exa., Líder da minha bancada, pessoa que estimo e admiro pelo seu

valor de pessoa humana, política, como também, estas palavras são extensivas de elogio, de admiração e estima ao Deputado Osvaldo Macedo, e, da mesma forma, nós esperamos que, no ano que vem, nós tenhamos também, na bancada do MDB, um Deputado não menos brilhante, não menos capaz, a conduzir a honrosa e brilhante bancada do MDB, que é o Deputado Trajano Bastos, que já deu provas de sua capacidade de parlamentar.

Assim sendo, eu reitero aqui, as minhas palavras de estima, muito especialmente a V. Exa., e de admiração por ter conduzido nosso Partido e nossa bancada, da melhor forma possível, nesta Casa, durante todo este período que está se findando.

Muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI – Desejo, Deputado Basílio Zanusso, inicialmente agradecer a V. Exa., pelas palavras que sei, foram proferidas pelo Deputado amigo, que sempre foi, e cuja amizade sempre nos honrou muito. Para dizer, eminente Deputado, que o sucesso da nossa Liderança, se houve, ele se deveu ao espírito combativo dos eminentes Deputados que compõem a nossa bancada.

Não fora a coesão, a compreensão e até em certas circunstâncias, o sacrifício de todos os Deputados que compõem a nossa bancada da Aliança Renovadora Nacional, nada poderia ter-se levado a termo, como graças a Deus se levou.

Pudemos chegar ao término desta sessão legislativa com um saldo altamente positivo de realizações nesta Casa. Esse saldo positivo que visou sempre equacionar problemas, que procurou, acima de tudo, conciliar interesses sempre mais altos – são os interesses da coletividade –, foi possível porque, como disse, na Aliança Renovadora Nacional e no Movimento Democrático Brasileiro, estão os homens que têm a compreensão do dever de cada um, dever que foi cumprido e que, ao apagar das luzes deste ano legislativo, devemos por certo, levar para nossa tranquilidade de consciência o saber de que cada um cumpriu aqui com sua missão.

Se, no início da minha fala, disse que desejava agradecer aos Srs. Deputados dos dois Partidos, aos funcionários da Casa, à imprensa e à Mesa, o clima sempre de entendimento que vivemos neste Plenário e nesta Casa, é bom que ressalte como última palavra minha, a atuação da Comissão Executiva desta Casa, dos Srs. membros da Mesa; ao Sr. Deputado Paulo Camargo, ao Sr. Deputado Primeiro Secretário, Aguinaldo Pereira Lima, ao Sr. Deputado Segundo Secretário, Maurício Fruet, e aos Srs. Deputados componentes da Mesa, Deputado Luiz Gabriel Sampaio, Primeiro Vice-Presidente, Deputado Del Ciel, Segundo Vice, Deputado Fideicino Tolentino, Terceiro Secretário, Deputado João Leopoldo Jacomei, quarto Secretário. A eles, os agradecimentos da Liderança que teve a possibilidade de, quando dirigindo os trabalhos desta Casa, todos eles se houveram sempre com muita dignidade, com muita altivez e com alto espírito democrático.

Senhores Deputados.

Ao encerrar...

O SR. GILBERTO CARVALHO – Nobre Deputado, permite um aparte? – (Assentimento).

Quero, nesta oportunidade do encerramento da Segunda Sessão Legislativa, do Oitavo Período, cumprimentar a V. Exa. pela maneira com que conduziu os trabalhos da Liderança da ARENA e do Governo nesta Casa, trabalho estafante, como pude acompanhar bem de perto, – como V. Exa. se preocupou durante todo este período em que esteve à frente da Liderança, e quero também, nesta oportunidade, por meio deste aparte, apresentar nossos cumprimentos aos nossos companheiros de bancada pelo apoio que nos deram nos dias em que assumimos a Liderança e o apoio que tivemos e compreensão também, da bancada da Oposição, com quem houve sempre o diálogo cordial e sempre no interesse que vem conduzindo os trabalhos desta Casa.

O SR. IVO THOMAZONI – Ao encerrar, Sr. Presidente, eu jamais deixaria de fazer um agradecimento especial aos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Gilberto Carvalho, ambos no exercício da Vice-Liderança

ça da Aliança Renovadora Nacional e do Governo, nesta Casa. Mais do que substituir o líder, souberam sempre se colocar como verdadeiros e atuantes companheiros nas decisões que a Liderança sempre teve que tomar quando, muitas vezes, surpreendido por fatos e acontecimentos parlamentares, tive em ambos, como de resto nos demais membros da bancada, mais do que a atuação de Vice-Líderes, mas, de homens que têm como demonstrativos, a compreensão e o bom senso no aconselhamento que sempre souberam dar de pronto. E, portanto, foram fatores grandiosos no sucesso que conseguimos durante este período todo que tivemos a honra de liderar o nosso Partido e o Governo, nesta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) A Mesa assinala a presença, em nosso Plenário, do Prefeito de Mamborê, Sr. Iraci Messias. Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 59/76, autorizando o Governo do Estado do Paraná lavrar Convênio com o Estado de São Paulo, objetivando eleger Juízo Arbitral a fim de dirimir controvérsias sobre seus limites inter-estaduais e indicar como mediador o Exmo. Sr. Presidente da República. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 267/76, que aprova o Termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR e o Município de TAMBOARA, objetivando construção de prédio destinado à DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIA PÚBLICA, do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 291/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de GUAIRACÁ, objetivando a realização e melhoria dos serviços locais de trânsito. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 314/76, que aprova o Termo de Re-Ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de BELA VISTA DO PARAÍSO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 322/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de FOZ DO IGUAÇU, objetivando a implantação de serviços de segurança contra incêndio e a prestação de socorros públicos na área do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 327/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de MARMELEIRO, objetivando fornecimento de equipamentos para a DELEGACIA DE POLÍCIA local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 352/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de INDIANÓPOLIS, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 353/76, que aprova

o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR e o Município de DIAMANTE DO NORTE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, no referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 354/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR e o Município de SÃO MATEUS DO SUL, objetivando execução de serviços complementares no prédio destinado à 3.a SUB-DIVISÃO POLICIAL, sediada naquele Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 355/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de TERRA BOA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 356/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de GUARACI, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 357/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o Município de QUERÊNCIA DO NORTE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 358/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de TERRA RICA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 359/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de SÃO JOÃO DO CAIUÁ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 360/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado por intermédio da Secretaria do Interior, através da SUCEPAR e a Prefeitura de PÉROLA, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, no referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 361/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de SÃO PEDRO DO PARANÁ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 363/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR e o Município de MANDAGUAÇU, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede daquele Município. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando a retirada do Projeto de Lei número 145/76. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando seja encaminhada cópia do pronunciamento feito pelo mesmo, ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Recursos Humanos. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine ao DETRAN, o cumprimento



das Resoluções números 502/76 e 504/76, baixadas pelo Conselho Nacional de Trânsito. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando voto de louvor e congratulações à Equipe de Teatro CABENFALE, da Assembléia Legislativa do Estado, pela sua estréia, no Centro de Criatividade, com a peça infanto-juvenil, em prólogo de dois (2) atos, do autor paranaense e também funcionário desta Casa, que escreve com o pseudônimo de Otto Zigermann, "Au Au Come Come". — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Superintendência do Banco do Estado do Paraná, em forma de apelo no sentido de que sejam aceleradas as providências, com vistas a urgente implantação de agência no município de Porto Amazonas. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. LINEU TURRA — Peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Tem a palavra V. Exa., para encaminhar a votação.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, o requerimento do ilustre Deputado Ezequias Losso, nós queremos, apenas com relação ao assunto por ele abordado, informar à Casa que já foi objeto de requerimento nosso, aprovado por esta Casa em 4/11/75, e já tivemos também resposta do Presidente do Banco do Estado, comunicando as providências que estavam sendo tomadas para a instalação da agência do Banco do Estado na cidade de Porto Amazonas, que nós representamos, nesta Casa.

Temos conhecimento também, que o Banco do Estado já recebeu do Banco Central, a Carta Patente e está providenciando a instalação da agência na cidade de Porto Amazonas, que nós representamos, nesta Casa.

Entretanto, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, nós queríamos tão somente dizer que estamos solidários com o requerimento, para que ele dê maior ênfase ao nosso pedido já anteriormente encaminhado e, que já está também pela Presidência do Banco do Estado, sendo tomadas as providências para que se concretize a aspiração antiga do povo de Porto Amazonas.

Nós queríamos dizer que estamos solidários com o requerimento, e, desta forma, nos parabenizamos também com a população de Porto Amazonas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Em votação o requerimento. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de louvor, pelos serviços prestados na Chefia do 15.º Distrito Sanitário, com sede em Maringá, pelo médico Dr. Antônio Godinho Machado. — Em discussão.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Fica transferida a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao DETRAN, referente a contrato de prestação de serviços firmado entre o DETRAN e a Universidade Católica do Paraná. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Confederação Brasileira de Desportos, encarecendo a presença do Grêmio de Esportes de Maringá, no próximo Campeonato Nacional. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — órgão

da Secretaria de Planejamento, sobre recebimento de salários e outras vantagens pelos diretores e outros funcionários do referido Instituto. Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) Fica transferida a discussão.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Tendo a Assembléia, cumprido no prazo em que foi convocada extraordinariamente, pelo Poder Executivo, a missão que lhe foi conferida, a Assembléia Legislativa encerra hoje os seus trabalhos concernentes às sessões extraordinárias, convocadas pelo Poder Executivo.

Solicito ao Sr. 1.º Secretário a leitura da Sinópse dos trabalhos deste período extraordinário de convocação.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Sinópse.

(É PROCEDIDA A LEITURA DA SINÓPSE)

(A SINÓPSE ACHA-SE PUBLICADA NO FINAL DESTA ATA).

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Presidência suspende a sessão por dez minutos, a fim de que seja lavrada a Ata dos trabalhos desta sessão, a ser aprovada ainda nesta reunião.

O SR. TRAJANO BASTOS — (PELA ORDEM).

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Tem a palavra, pela ordem o Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente.

Antes que V. Exa. suspenda a sessão, por este tempo, eu gostaria que V. Exa. elucidasse à Casa quanto ao dia que será realizada a sessão preparatória para a eleição da nova Mesa.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre Deputado, que a sessão preparatória, de acordo com o Regimento Interno da Casa, deverá ser convocada dois dias antes da próxima sessão legislativa.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, gostaria de fundamentar esta questão de ordem, por entender que o mandato da Mesa, conforme preceitua nossa Constituição, é de dois anos.

Se a eleição da Mesa se realizar a 28 de fevereiro, a Mesa teria uma prorrogação de mandato.

Creio, Sr. Presidente, que é inconstitucional esta pretensão, mesmo porque, a Constituição é posterior ao nosso Regimento Interno.

E nestas condições, Sr. Presidente, eu requeiro a V. Exa., com base no Artigo 134, § terceiro, Inciso oitavo, que para este assunto se ouça a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Porque, Sr. Presidente, nos parece, e a Constituição é bem clara no seu Artigo 16, item 1, diz:

"Será de dois anos o mandato para membros da Mesa, vedada a reeleição".

Ora, Sr. Presidente, a eleição da atual Mesa foi realizada no dia 01 de fevereiro de 1975.

Portanto, no dia 01 de fevereiro de 1977, encerra-se o mandato da Mesa que é presidida por V. Exa.

Dada a importância do assunto é que reitero a audiência da Comissão de Constituição e Justiça para o meu requerimento.

E pediria que, no momento em que V. Exa. suspende a sessão, que fosse ouvida a Comissão de Constituição e Justiça, a fim de tomarmos uma decisão, hoje, sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa entende, e assim se procede em todas as Assembléias Legislativas, que o período de dois anos corresponde às sessões legislativas.

Em todas as Assembléias do Brasil, a eleição da Mesa é sempre feita às vésperas da instalação da nova sessão legislativa.

Mesmo porque, a Assembléia não tem competência para se convocar no recesso.

Por esta razão, esta Assembléia, bem como as demais do Brasil, fazem suas eleições preparatórias, para eleição dos membros da Comissão Executiva, às vésperas do novo período legislativo.

Lembro a V. Exa. - não é de seu tempo - mas, anteriormente, as eleições eram procedidas todos os anos.

O mandato dos membros da Mesa era válido apenas por um ano.

E o Presidente era eleito no dia 30 de abril e assumia dia 01 de maio e terminava em 31 de janeiro, porque era a Sessão Legislativa, quando havia eleições.

A eleição da Mesa atual foi procedida em 01 de fevereiro porque o mandato dos outros deputados tinha terminado e não poderia esta Assembléia ficar acéfala.

O SR. TRAJANO BASTOS - Sr. Presidente, se V. Exa. permite, a Constituição do Estado do Paraná não fala sobre o assunto, fala em sessão legislativas, fala em anos de mandato.

Por essa razão, mantenho o meu requerimento, com base no Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) - O Regimento Interno da Casa manda que se instale a sessão Legislativa no dia 27 de fevereiro, explicitamente.

O SR. TRAJANO BASTOS - Sobre o assunto, o Artigo 12 se referia quando o mandato era de um ano, o mandato de Mesa.

Após, a Emenda número 2, de 1970, a Mesa passou a ser de dois anos.

A Constituição é clara: dois anos e não dois períodos legislativos.

Continuo na dúvida.

Então, requeiro a V. Exa. a audiência da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) - V. Exa. pode pedir audiência.....

Estou aguardando seu requerimento.

O SR. TRAJANO BASTOS - "Artigo 134, parágrafo terceiro, item 8: serão verbais, independem de apoio a discussão, podendo ser votados com qualquer número, os requerimentos que solicitem - audiência de uma Comissão sobre determinado assunto".

São verbais e independem de apoio.

Assim, está formulado meu requerimento. - (LE): "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma do Parágrafo terceiro, inciso primeiro do Art. 134, do Regimento Interno e com fundamento no Artigo 16, inciso IX, do Parágrafo Único da Constituição Estadual vigente, audiência da Comissão de Constituição e Justiça, para demirir questão de Direito divergente entre a Prática de interpretação de Regimento Interno Art. 12 (RI) com o preceito constitucional acima aludido.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1976.

(a) TRAJANO BASTOS"

O SR. PRESIDENTE - Quería esclarecer ao nobre Deputado Trajano Bastos que é um favor para mim se a Assembléia resolver fazer a eleição em janeiro.

Agora, pessoalmente, eu não posso abrir mão dessa prerrogativa que tem a Comissão Executiva e quebrar uma praxe seguida pelo Brasil inteiro, tal como V. Exa. quer hoje modificar.

O SR. TRAJANO BASTOS - Gostaria de fazer uma ressalva.

Não é esta a intenção do Deputado.

Pretender entender que V. Exa. como Presidente desta Casa, quer ficar na Presidência deste Poder por mais um mês, absolutamente, longe de mim tal pretensão.

A minha preocupação que se cumpra o texto constitucional.

Vou encaminhar o requerimento por escrito.

O SR. MUGGIATI FILHO - (PELA ORDEM) - Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

O assunto, na verdade, à primeira vista é um pouco antipático de se focalizar, porque envolve os componentes da Mesa, sob seu aspecto não formal.

Mas, formalmente, não vejo nada de antipático e acho que deve ser tratado com interesse.

Na realidade, inclusive fazemos parte da Comissão de Reforma do Regimento Interno, e já tivemos oportunidade de debater este assunto.

O projeto já se acha aprovado em primeira discussão e esse problema está resolvido no Regimento Interno.

Gostaria, então, ao emitir a minha opinião a respeito, justamente em razão dos argumentos apresentados por V. Exa., que ficasse bem claro o seguinte: não se visa, em absoluto, a pessoa por todos os títulos ilustre e respeitável do Presidente da Casa, e demais membros da Mesa Executiva.

Apenas entendemos que existe, na realidade, uma lacuna profunda na legislação.

Veja bem V. Exa., que o próprio argumento que V. Exa. utiliza, dizendo que somente na renovação dos mandatos dos Deputados, é que a eleição se realiza anteriormente.

Alí mesmo deparamos com um argumento que, a contrário senso, se aplicaria ao caso.

Os Deputados integrantes da Mesa receberam um mandato por dois anos, no caso os mandatos dos Deputados são de quatro anos, a Mesa que será eleita agora não terá mandato para entregar à futura Mesa.

Porque?

Porque o seu mandato será considerado extinto porque foi outorgado pelo prazo de quatro anos.

Parece que a Constituição quando generaliza o assunto com relação à Mesa tem o mesmo sentido.

Fiz parte de uma Mesa que permaneceu durante vinte e três meses na direção da Casa, enquanto que a Mesa anterior permaneceu vinte e cinco meses.

Há uma diferença, portanto, de dois meses no que diz respeito a parte administrativa da Casa.

Isto incide inclusive sobre a orientação e direção do próprio orçamento analítico da Casa.

O Regimento Interno admite que se faça uma Sessão Preparatória antes de concluído o recesso.

V. Exa. sabe tão bem quanto eu, talvez até melhor do que eu, que o Regimento Interno da Câmara dos Deputados não estabelece data.

A Câmara pode se reunir para Sessão Preparatória a qualquer dia do mês de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) - Quando já, então, estaria terminado o seu mandato.

O SR. MUGGIATI FILHO - Se fôr no dia 01 de fevereiro atenderia disposição do Regimento e, então, estaria sendo contrariado o argumento brilhante expendido por V. Exa. que está, realmente, apegado a uma praxe.

Acredito que contrariando este argumento seria irresponsável: se há uma sessão que se abre no mês de fevereiro tanto faz que seja aberta no dia 28 ou no dia primeiro.

É a mesma coisa, porque convocou-se a Assembléia, de qualquer forma, para um ato preparatório, que não é um ato definitivo, antes de findo o seu recesso.

Veja V. Exa., Sr. Presidente, que a reforma que se pretende dar ao Regimento Interno visa estabelecer uma igualdade de mandato entre as duas Mesas, porque um não completa os dois anos e o outro ultrapassa os dois anos.

Veja V. Exa. que não vai no requerimento feito pelo eminente colega o líder da nossa bancada, nenhuma outra intenção e nem de longe pensou ou cogitou S. Exa. aleivosamente de obstruir a pretensão menos justa dos membros da Mesa, pelo contrário cogita apenas de dar uma pretensão mais realista e conforme a Justiça à própria Mesa que, acredito, será em definitivo adotada pelo Regimento Interno no próximo

ano. V. Exa. que acompanhou bem de perto os trabalhos de reforma do Regimento Interno sabe que, se não fora as eleições municipais deste ano, teria sido concluído. Não o foi por absoluta falta de tempo.

Por isto deixo externada a minha opinião, o meu ponto de vista e peço que os ilustres e eminentes membros da Mesa não encarem a nossa posição sobre a matéria a não ser sob o último prisma que, realmente, é o prisma da verdade. Como já afirmei, interpretamos a matéria desta forma: o mandato é de dois anos e a Constituição, também, prevê a primeira eleição da Mesa para 01 de fevereiro e sendo por dois ela implicitamente estaria prevendo a eleição da segunda Mesa.

Seria também a primeiro de fevereiro. E como o Regimento Interno não pode violar um Substitutivo da Constituição, nós entendemos que, em se tratando de ato preparatório, ele poderia ter convocado também, para o dia primeiro de fevereiro.

Era a questão de ordem, é o nosso ponto de vista, que em razão desta Questão de Ordem, queríamos externar, e ficamos gratos a V. Exa. O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) – Eu vou responder a V. Exa., em partes...

O SR. IVO THOMAZONI – (PELA ORDEM).

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) – Tem a palavra, pela ordem, nobre Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI – Sr. Presidente, não pelo simples fato de haver sido o eminente Deputado do MDB, coincidentemente o Líder da bancada do MDB, a requerer esta nova prática dentro deste Poder, que eu me oponho à pretensão. Mas eu faço, Sr. Presidente, à luz do Regimento Interno, contraditando as argumentações do eminente Deputado Muggiati Filho.

Inicialmente, para significar, Sr. Presidente, de que não se pode confundir ano civil ou ano letivo, ano financeiro, com uma sessão legislativa, dentro de uma Legislatura.

E, Sr. Presidente, embora se afirme e até certo ponto concordo, que o nosso Regimento Interno em alguns capítulos, alguns artigos, parágrafos, e alguns itens, está superado, não se pode falar na pretensão de uma futura redação a ser dada ao Regimento Interno que estamos adotando nesta Casa.

E o artigo 12, do Regimento Interno, Sr. Presidente, é muito claro ao dirimir as dúvidas suscitadas. Porque o Artigo 12 do Regimento Interno, Sr. Presidente, fala que nas Sessões Legislativas subsequentes à inicial, o que é coisa diferente. Nós não estamos na instalação da primeira Sessão Legislativa de uma determinada Legislatura, a oitava que nós estaremos vivendo, mas estaremos, a partir de 1977, Sr. Presidente, na terceira Sessão Legislativa da oitava Legislatura.

E assim, Sr. Presidente, a simples leitura do Artigo 12 pode validar a decisão altamente sábia da Presidência, porque o Artigo 12 é claro: "nas Sessões Legislativas subsequentes à inicial, de cada Legislatura, a primeira Sessão Preparatória se iniciará sob a direção da Mesa da Sessão anterior", está bem posto, dois dias antes do designado para o início dos respectivos trabalhos", – procedendo-se então, a eleição da nova Mesa, observadas as normas deste capítulo".

A simples leitura, Sr. Presidente, do Artigo 12, do Regimento Interno, invalida a pretensão, Sr. Presidente, e no meu entender é até perigosa, quebra, Sr. Presidente, a uniformização de procedimento das Casas Legislativas deste País, não só do Senado e da Câmara Federal, do Congresso Nacional, mas de todas as Assembléias Legislativas, que têm a mesma data para o procedimento da eleição da nova Mesa do Poder Legislativo; quando naturalmente, Sr. Presidente, se entende como Sessões Legislativas subsequentes, a inicial, o procedimento de uma Sessão Legislativa, que é o início de uma Legislatura, o procedimento é um, mas subsequentes, está clara a anterior, instale os trabalhos e presida as Sessões Preparatórias dois dias antes do início dos trabalhos, é o entendimento do ilustre Deputado autor do requerimento, V. Exa. decidiu à luz do Regimento Interno, para que o Paraná não seja, neste País, aquele que haveria de promover a eleição dos membros da sua Mesa em data que não seja coincidente com as demais Casas Legislativas deste País. – (Sem revisão do orador).

O SR. OSVALDO MACEDO – (Pela Ordem). Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Pela ordem, com a palavra o Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO – Sr. Presidente, não há porque discutir que devem ser considerados derogados todos os dispositivos do Regimento Interno, contrariados pela Constituição Estadual, que é posterior a este Regimento.

E as Constituições, tanto a Federal quanto a Estadual, fixam data aos mandatos, e estas datas fixadas pela Constituição, são fatais: os mandatos dos Deputados Federais, e dos Deputados Estaduais são de 4 anos. Não se prorrogam nem por um dia.

A Constituição Estadual diz textualmente que será de 2 anos o mandato para membros da Mesa, vedada a reeleição. Dois anos de mandato desta atual Mesa, vencer-se-á no dia 31 de janeiro de 1977. Mandato extinto. Já nenhum poder terá mais esta Mesa, para dirigir o Poder Legislativo do Paraná, de tal sorte que, se persistir, depois de extinto o seu mandato, os seus atos serão, à luz da Constituição, nulos de pleno direito.

E, para que o Poder Legislativo no Paraná não fique, por um mês, acéfalo, porque mandato dessa Mesa já não haverá, porque é fatal o prazo estabelecido pela Constituição, é inevitável que a sessão preparatória desta Assembléia, para eleição da próxima Mesa da Casa, seja realizada o mais tardar até o dia 31 de janeiro de 1977, porque, repito, em fevereiro esta Mesa não terá mais Poder à luz da Constituição, para praticar nenhum ato em nome do Poder Legislativo do Paraná. O SR. PRESIDENTE – Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

Os mesmos homens que fizeram a Constituição do Brasil, e a votaram, os Deputados e Senadores, deram a prerrogativa dentro do seu Regimento Interno, também votado por eles, de ser convocada a Sessão Preparatória dentro do mês de fevereiro, a critério da Comissão Executiva, o que tem sido feito, sempre, nos últimos dias, senão no último dia, do recesso parlamentar.

V. Exa. fala como se estivesse fazendo uma acusação. Neste caso, todas as Assembléias no Brasil, até hoje, desde 47, e a Câmara e o Senado Federal, cujos atos foram emitidos durante o mês de fevereiro de cada ano, do terceiro ano, seriam atos nulos.

Quando V. Exa. argumenta dando como se estivesse a Mesa pretendendo usurpar qualquer coisa...

O SR. OSVALDO MACEDO – Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) – V. Exa. está falando com uma força, como se fosse uma questão de direito absoluta que a Assembléia do Paraná estivesse infringindo.

O SR. OSVALDO MACEDO – Sr. Presidente.

Transforma, em questão pessoal, uma questão de direito.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) – Absolutamente...

O SR. OSVALDO MACEDO – E, na análise do direito, me permite, Sr. Presidente, é do meu feitio ser veemente. Mas, não entenda nada de pessoal, o que é de lei. Em nenhum instante houve qualquer intenção de mudar ou de transformar a impessoalidade desta matéria. A Constituição diz que o mandato é de 2 anos. Pode ser que outros tenham ultrapassado este mandato.

Mas, não haverá de negar V. Exa., que atos praticados após a extinção do mandato, são passíveis de serem argüidos como nulos. Só não o foram, talvez, porque ninguém tivesse argüido essa nulidade. Mas, gostaria que a Mesa que dirige esta Casa, atentasse para este detalhe que me parece de fundamental importância para a vida política do Paraná.

Sr. Presidente, repito o meu entendimento que, a persistir esta Mesa, ela não terá, em fevereiro, por força da Constituição, nenhum direito para praticar atos em nome do Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) – Tem a palavra o Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI – Sr. Presidente, vejo que o eminente Deputado Osvaldo Macedo fala à luz do Regimento, pretendendo validar para a terceira Sessão da oitava Legislatura, comportamento que deve ser, e, o Regimento é claro que deve ser, observado nas Sessões Legislativas iniciais, que é muito diferente.

Então, se observaria o que contém o artigo segundo, do Regimento Interno, pretendendo afirmar que a 31 de janeiro, os Deputados atuais já não são mais donos de seus mandatos, é uma inverdade, Sr. Presidente. Pretende-se, Sr. Presidente, argumentar à luz do artigo 12 do Re-

gimento Interno, quando se observa que o comportamento adotado até aqui, se refere às Sessões Legislativas subseqüentes à inicial, onde se invalida, Sr. Presidente, a iniciativa dos trabalhos sob a direção da Mesa de sessão anterior e, é claro quando o Regimento Interno manda que, 2 dias antes do designado para o início dos respectivos trabalhos.

Esta a questão de ordem que queria levantar, respaldado...

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, uma questão de ordem, para que se cumpra o Regimento Interno. É que o Sr. Deputado Ivo Thomazoni está infringindo o nosso Regimento Interno. Eu solicitei esta questão de ordem para solicitar a observância do artigo 97, no seu § quinto: "Sobre uma mesma questão de ordem, cada Deputado poderá falar somente uma vez".

Eu já não pedi, mais de uma vez, para falar pela ordem, sobre o mesmo assunto, em respeito ao Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Mas o Deputado Ivo Thomazoni, provavelmente está preparando uma conclusão.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, citei outro artigo do Regimento Interno. Havia falado sobre o artigo 12. Falei sobre o artigo 2, que o Deputado Osvaldo Macedo pretende validar para uma Sessão Legislativa subseqüente à primeira, comportamento que deve ser adotado para a primeira Sessão Legislativa de uma Legislatura.

Para, Sr. Presidente, dizer, argumentando, que os argumentos de S. Exa. o Deputado Osvaldo Macedo são falhos. E para validar, mais uma vez, a decisão da Presidência. Era a questão de ordem, Sr. Presidente, que não colidiu absolutamente com o Artigo 97.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — O Sr. Deputado Trajano

Bastos encaminhou o requerimento para ser ouvida a Comissão de Constituição e Justiça. Longe da Comissão Executiva querer impedir que, sobre qualquer assunto, fale ou deixe de falar uma Comissão. Certa que está da decisão anterior, não deixará, entretanto, de ser ouvida a Comissão de Constituição e Justiça. Mesmo que a Comissão dê qualquer Parecer, porque o Parecer da Comissão contém efeito de lei, a Mesa saberá resolver e decidir a questão. Evidentemente, em matéria da importância dessa encaminhada, que vai este requerimento à Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão terá que se reunir, terá que convocar seus membros. Portanto, a Mesa que pretendia hoje terminar a sua convocação extraordinária, não pode nem decidir matéria para o que ela não foi convocada.

Nós não podemos hoje por um requerimento, por uma decisão ou por um Parecer de uma Comissão nem que queira a Mesa, alterar o que nos manda o Regimento Interno. Mas de qualquer forma a Mesa encaminhará à Comissão, mesmo sabendo que nós não podemos aqui decidir nada, principalmente alterando e contrariando o Regimento Interno dentro de um período extraordinário.

Acho e vou lhe dizer, e acho mesmo pessoalmente, correto; correto que isto se fizesse durante o período ordinário, emendando o Regimento Interno. Eu acharia até correto. Mas nesta fase, numa fase em que estamos dentro de uma sinopse, numa sessão extraordinária convocada pelo Executivo, em que nós só podemos decidir as matérias para as quais nós fomos convocados, que nós possamos apagar um artigo do Regimento Interno explícito e que, além disso, é uma praxe seguida por todos os Legislativos nacionais.

A própria Câmara e o Senado que adotaram o dia 01, como a posse dos Deputados, que é evidente, e que diz que o mandato é por dois anos, é evidente, é óbvio, que este mandato é por dois anos legislativos. Porque se não, ela mesmo teria o cuidado de fazer a sua reeleição no dia 01 de fevereiro; não teria um dia a critério da Mesa, durante o mês de fevereiro. Pela ordem, tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente. Consulto a V. Exa. respaldado no Artigo 134 do Regimento Interno, § terceiro, item oitavo — eis que V. Exa. me deixou numa dúvida. V. Exa. inicialmente, ao decidir a questão de ordem, afirmou que é matéria estranha à convocação do período extraordinário. Todavia, Sr. Presidente, se V. Exa. receber o requerimento, eu requeiro a V. Exa. nesta questão de ordem, que se cumpra o item oitavo do § terceiro, do Artigo 134 do Regimento Interno e onde, Sr. Presidente, manda que serão inscritos, independentemente de apoio e discussão, mas só poderão ser votados com a presença da maioria absoluta dos deputados, os requerimentos que, tiverem por fim

pedir; e V. Exa. verá no item oitavo, a audiência de uma Comissão sobre determinada matéria, para que se cumpra o Regimento Interno, V. Exa. terá forçosamente que ouvir o Plenário, da decisão que adotar a respeito da matéria.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente.

Não são outros os termos do meu requerimento, se não, o que preceitua o § terceiro - item oitavo do artigo 134.

Não quero entender a observação do ilustre Líder do Governo, Sr. Presidente, como uma possível obstrução ao meu requerimento. Não quero entender isso. Agora, se a intenção do ilustre Líder é esta, ele que assumas as responsabilidades.

Outra coisa, Sr. Presidente, quanto ao recebimento do requerimento, por estarmos em período extraordinário, durante todo este período, nós assistimos nesta Casa, serem votados requerimentos que não diziam respeito à pauta de convocação.

O SR. PRESIDENTE — Perfeitamente, nobre Deputado.

Mas o seu requerimento está infringindo um Artigo do Regimento Interno. Isso é matéria de decisão.

Com este requerimento, se fosse decidido de acordo com que V. Exa. pretende, o Regimento Interno teria que ser alterado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente.

Eu não pretendo no meu requerimento, e V. Exa. não há de analisá-lo subjetivamente, eu requeiro a audiência de uma Comissão, não estou pretendendo modificar nada. Estou pretendendo a audiência de uma Comissão, porque no meu entender, o texto constitucional, é claro.

Agora, entre a praxe e a Lei, Sr. Presidente, eu fico com a Lei. E muito embora o nosso Regimento, Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, é anterior à Constituição, pela leitura do Artigo 12 do nosso Regimento, poderá se observar pelo próprio texto que ele se refere, quando o mandato da Mesa, era de um ano. Veja, V. Exa., Sr. Presidente:

"Artigo 12:

"As sessões legislativas subseqüentes, plural, então subentende-se que este Regimento, estava adaptado à Constituição de 47.

O SR. PRESIDENTE — Vou responder sua questão de ordem.

Quando havia quatro eleições, havia sempre a mesma coisa: A primeira, das quatro Comissões Executivas, é que tinha um período mais curto, e a quarta é que tinha um período mais longo.

Exatamente para a extinção normal e natural dos mandatos. Quanto ao seu requerimento, Sr. Deputado, se eu não quisesse receber, eu não teria recebido. Se eu recebi, é porque vou por em votação.

Pela ordem, tem a palavra o Deputado Luiz Roberto Soares. O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Parece-me que a angulação correta do problema, não é a interpretação do Regimento Interno da Casa. O que não se pode evidentemente, é interpretar a Constituição, valendo-se de textos ou diplomas, infra-constitucionais. O que evidentemente, está a merecer uma decisão, é uma interpretação da Constituição.

A mim me parece que a colocação correta seja a Mesa, ela própria, pedir a uma Comissão, no caso a Comissão de Constituição e Justiça, que lave um parecer no sentido de dar a sua interpretação ao texto constitucional.

O que não me parece correto é que se questione, neste momento, o Regimento Interno da Casa, por ser texto que não pode servir de fundamento, de base, para interpretação da Lei Maior.

Parece que essa interpretação é mais razoável, mais jurídica. Todavia, a última instância é a Mesa desta Assembléia Legislativa. É a colocação que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa vai colocar em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Questão de Ordem). Sr. Presidente, parece que até o próprio Regimento é claro. Em seu Artigo 13 diz: "encerrada a última sessão preparatória e declarada instalada a Legislatura..." isso foi alterado, agora o mandato da Comissão Executiva é de dois anos.

Mas, o período foi instalado em 01 de fevereiro de 1975 e, portanto, decorrido dois anos, o prazo será 01 de fevereiro de 1977. O Regimento é claro. Fala em início de trabalhos, creio que se pode interpretar aí, trabalhos legislativos, e os artigos 12 e 13 são claros. A primeira legislatura foi instalada no dia 01 de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) – É a interpretação que

V. Exa. quer dar. Mas, a Mesa entende que trabalhos sejam trabalhos legislativos. No entanto, a Mesa vai colocar em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. ACCIOLY NETO – (Pela Ordem). Segundo o requerimento do Deputado Trajano Bastos, a audiência é com a Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) – Perfeitamente.

O SR. ACCIOLY NETO – E V. Exa. vai encaminhar à Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. PRESIDENTE – Se o requerimento for aprovado, encaminharei à Comissão de Constituição e Justiça, que terá que convocar seus membros, evidentemente.

O SR. ACCIOLY NETO – Mas, de qualquer forma, V. Exa. encerra os trabalhos da Casa, hoje?

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) – Os trabalhos estão encerrados.

A Mesa apenas fará a convocação, no dia de amanhã. Não sei como se possa resolver o assunto, porque o problema nos foi trazido no momento em que a Assembléia está praticamente fechada e apreciou todos os assuntos que deveriam ter sido apreciados.

A Mesa está sendo de uma máxima liberalidade, porque de fato não há tempo. Foi, inclusive, lida a sinopse dos trabalhos de encerramento da sessão legislativa, período extraordinário.

O SR. ACCIOLY NETO – V. Exa. vai convocar a Assembléia Legislativa na sessão de hoje, ou na de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) – Não tenho autoridade para convocar a Assembléia Legislativa, terminado o período extraordinário.

De modo que o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, se aprovado o requerimento, será apreciado pela Comissão Executiva. Não vai ser objeto no plenário, porque não é possível. Não temos tempo físico, nem condições, para observar isso agora. Mas é pena que a Assembléia Legislativa não tenha mais alguns dias para apreciar e manifestar o seu voto. Porque parecer, Sr. Deputado, é evidente e V. Exa. sabe tão bem como eu, não tem força de lei. O parecer só vem auxiliar, com seus argumentos, a Comissão Executiva a decidir, já que o plenário não mais se reunirá.

O SR. MUGGIATI FILHO – (Pela Ordem). Sr. Presidente, para um subsídio apenas, que é do interesse do Deputado Accioly Neto. O anteprojeto de unificação do Regimento Interno, da União Interestadual das Assembléias, no seu artigo oitavo, diz: no terceiro ano de cada Legislatura, a primeira sessão preparatória iniciar-se-á sob a direção da Mesa anterior, às 15,00 horas, do dia 01 de fevereiro e seguintes, procedendo-se a eleição da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) – É anteprojeto, não é ainda lei. A Mesa vai colocar em votação o requerimento do nobre Deputado Trajano Bastos.

O SR. GILBERTO CARVALHO – (Pela ordem). Sr. Presidente, V. Exa. pensa em colocar em votação esse requerimento, mas não sabemos como poderá ser ouvida a Comissão de Constituição e Justiça, uma vez que se encerram hoje os trabalhos desta Casa. Não vejo como se possa atender este requerimento que se pretenda votar hoje, nesta tarde.

Por isso acho intempestivo um requerimento destes, porquanto não poderemos ter uma solução.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) – V. Exa. tem razão. Mas, a Mesa está procurando seguir com a máxima liberalidade possível que dá oportunidade a que a Assembléia Legislativa do Paraná, se votar o requerimento, o encaminhe à Comissão de Constituição e Justiça. Em votação o requerimento. – APROVADO.

O SR. GILBERTO CARVALHO – (Pela Ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) – Deferido o requerimento do Sr. Deputado Gilberto Carvalho. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar. 21 Srs. Deputados aprovam e 2 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para a votação.

O SR. NILSO SQUAREZI – (Para uma questão de ordem). Sr. Presidente, diante deste resultado, V. Exa. não enviará o requerimento à Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) – V. Exa. sabe que o requerimento que não for aprovado pelo Plenário não poderá ser encaminhado à Comissão alguma.

O SR. NILSO SQUAREZI – A minha questão de ordem é baseada no artigo 23 do Regimento Interno que diz:

“A Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

I – tomar todas as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II – dirigir todos os serviços da Assembléia, durante as sessões legislativas e nos seus interregnos”.

Sr. Presidente, não pode V. Exa. desconhecer que foi levantada uma questão que pode até trazer um ar de ilegalidade sobre os trabalhos da Mesa.

Assim, eu entendo que tem a Mesa da Assembléia Legislativa, ao tomar conhecimento deste ponto de vista dos Srs. Deputados, embora o requerimento não tenha sido aprovado, que tomar uma decisão sobre este assunto e desta decisão levar ao conhecimento da Casa.

Entendo que a Presidência e a Mesa, como um todo, tem a responsabilidade da regularidade legal do funcionamento da Assembléia Legislativa.

A Constituição é muito clara quanto aos dois anos de mandato. Acredito que a Assembléia tem Departamento especializado, que é a Consultoria Jurídica. Assim sendo, faço uma sugestão a V. Exa., Sr. Presidente, para que a Mesa solicite de seu Consultor Jurídico que dê parecer para dirimir a questão levantada em face do entendimento de V. Exa. de que não há mais tempo para audiência da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) – A Mesa atende o apelo de V. Exa. e fará a consulta à sua Consultoria. Se ficar – não estou falando como Presidente, mas como a Comissão Executiva – convencida dos argumentos que vier da Consultoria da Assembléia Legislativa, fará uma nova convocação, avisando a cada Deputado, se houver modificação na data.

A Mesa vai mandar à Consultoria Jurídica o requerimento do nobre Deputado, não aprovado pela Casa.

Vou fazer como meu, o seu.

– (É SUSPENSA A SESSÃO).

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) – Está reaberta a sessão.

Solicito ao Sr. segundo Secretário que proceda a leitura da Ata desta sessão.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da Ata da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) – Em discussão a Ata.

– Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a APROVADA.

O SR. TRAJANO BASTOS – Sr. Presidente, requeiro verificação de votação, para aprovação da ata.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) – “Artigo 117 do Regimento Interno.

A ata da última sessão de cada ano, ordinárias ou extraordinárias, será submetida à discussão antes de se levantar a sessão, podendo ser aprovada com qualquer número.

– APROVADA A ATA.

Declaro encerrado o período extraordinário, convocado pelo Sr. Chefe do Poder Executivo, convidando os Srs. Deputados a se reunirem, salvo nova convocação extraordinária, pelo Sr. Governador do Estado, no dia 27 de fevereiro de 1977, para as sessões preparatórias de eleições do Presidente e demais membros da Mesa, para a Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Oitava Legislatura.

Levanta-se a sessão.

# RESOLUÇÕES

## RESOLUÇÃO NÚMERO 326/76

DATA: 21 de dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Manoel Ribas, com objetivo que específica. (Mensagem do Poder Executivo número 122/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO – Fica aprovado o Termo de Convênio em 29 de abril de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de Manoel Ribas, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido município.

ARTIGO SEGUNDO – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

## RESOLUÇÃO NÚMERO 327/76

DATA: 21 de dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Loanda, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana no referido município. (Mensagem do Poder Executivo número 140/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO – Fica aprovado o Termo de re-ratificação datado de 05/10/76, ao Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, e o município de Loanda, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, no referido município.

ARTIGO SEGUNDO – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

## RESOLUÇÃO NÚMERO 328/76

DATA: 21 de dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o município de Umuarama, com objetivo que específica. (Mensagem do Poder Executivo número 54/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 13 de maio de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná – SUCEPAR, e o município de Umuarama, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, no referido município.

ARTIGO SEGUNDO – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

## RESOLUÇÃO NÚMERO 329/76

DATA: 21 de dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado,

através da Secretaria do Interior e o município de Astorga, com objetivo que específica. (Mensagem do Poder Executivo número 74/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná – SUCEPAR, e o município de Astorga, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

ARTIGO SEGUNDO – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

## RESOLUÇÃO NÚMERO 330/76

DATA: 21 de dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o município de Cruzeiro do Oeste, com objetivo que específica. (Mensagem do Poder Executivo número 96/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO – Fica aprovado o Termo de re-ratificação datado de 23/07/76, ao Convênio celebrado em 09 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná – SUCEPAR, e o município de Cruzeiro do Oeste, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, no referido município.

ARTIGO SEGUNDO – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

## RESOLUÇÃO NÚMERO 331/76

DATA: 21 de dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e o município de Goioerê, com objetivo que específica. (Mensagem do Poder Executivo número 102/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO – Fica aprovado o Termo de re-ratificação datado de 28/07/76, ao Convênio celebrado em 10 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná – SUCEPAR, e o município de Goioerê, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

ARTIGO SEGUNDO – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

## RESOLUÇÃO NÚMERO 332/76

DATA: 21 de dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Santa Cruz do Monte Castelo, com objetivo que específica. (Mensagem do Poder Executivo número 108/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu pro-



mulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de abril de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Constantino Marochi e reconstrução da Casa do Zelador, da sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 333/76

DATA: 21 de dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, com o município de Moreira Sales, com o objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 123/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, e o município de Moreira Sales, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 334/76

DATA: 21 de dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Cornélio Procopio, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 108/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 07 de julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Cornélio Procopio, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Barbosa Ferraz, o Grupo Escolar Major João Carlos de Faria e o Ginásio Estadual Alberto Carazzai, da sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 335/76

DATA: 21 de dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o município de Bandeirantes, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 108/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 21 de julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Bandeirantes objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Normal Estadual e a Unidade Sanitária, da sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 336/76

DATA: 21 de dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Mirador, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo, número 137/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 05 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Mirador, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual de Mirador, da sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 337/76

DATA: 21 de dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Faxinal, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 137/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Faxinal, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Paulo Pimentel, da sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 338/76

DATA: 21 de dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Tibagi, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 137/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 24 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Tibagi, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a Escola para Menores de Tibagi, da sede do

referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76

**PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO**  
PRESIDENTE

**RESOLUÇÃO NÚMERO 339/76.**

**DATA:** 21 de Dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Sertãoópolis, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 137/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo e Convênio celebrado em 31 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Sertãoópolis, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Luiz Deliberador, da sede do referido Município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

**PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO**  
PRESIDENTE

**RESOLUÇÃO NÚMERO 340/76.**

**DATA:** 21 de Dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Rancho Alegre, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 138/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado Termo de Convênio celebrado em 13 de outubro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e o Município de Rancho Alegre, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido Município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

**PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO**  
PRESIDENTE

**RESOLUÇÃO NÚMERO 341/76.**

**DATA:** 21 de Dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova Termo de re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Paranaity, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 139/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de re-ratificação datado de 13 de outubro de 1976, ao Convênio celebrado em 30 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, e o município de Paranaity, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, no referido Município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

**PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO**  
PRESIDENTE

**RESOLUÇÃO NÚMERO 342/76.**

**DATA:** 21 de Dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Santa Helena, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 144/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Santa Helena, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

**PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO**  
PRESIDENTE

**RESOLUÇÃO NÚMERO 343/76.**

**DATA:** 21 de Dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Centenário do Sul, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 146/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de outubro de 1976, entre o Governo do Estado através da Secretaria do Interior, e o Município de Centenário do Sul, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido Município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

**PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO**  
PRESIDENTE.

**RESOLUÇÃO NÚMERO 344/76.**

**DATA:** 21 de Dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Santo Antônio do Caiuá, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 148/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 21 de outubro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e o Município de Santo Antônio do Caiuá, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido Município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

**PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO**  
PRESIDENTE

**RESOLUÇÃO NÚMERO 345/76.**

**DATA:** 21 de Dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Iguaçu, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 149/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de outubro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e o Município de Iguaraçu, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido Município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE.

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 346/76.

**DATA:** 21 de Dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Japurá, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 126/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo Aditivo de 09 de agosto de 1976, ao Convênio celebrado em 03 de fevereiro de 1976, entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, e o Município de Japurá, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE.

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 347/76.

**DATA:** 21 de Dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a EMOPAR, e o Município de Paissandú, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 135/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 02 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, a Empresa de Obras Públicas do Paraná – EMOPAR, e o Município de Paissandú, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 348/76.

**DATA:** 21 de Dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Flórida, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 131/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 20 de setembro de 1976, ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o

Município de Flórida, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 349/76.

**DATA:** 21 de Dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Bom Sucesso, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 136/76). A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 20 de setembro de 1976, ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Bom Sucesso, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 350/76.

**DATA:** 21 de Dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Guaraci, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 137/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 07 de abril de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Guaraci, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Emílio de Menezes, o Ginásio Estadual João Giuli, o Grupo Escolar Carmela Dutra e a Unidade Sanitária, na sede do referido Município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 351/76.

**DATA:** 21 de Dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Nova Aurora, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 137/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Proposição:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 03 de Junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Nova Aurora, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Machado de Assis, o Grupo Escolar Wenceslau Braz e o Ginásio Estadual Jorge Nacli, na sede do referido Município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

**RESOLUÇÃO NÚMERO 352/76**

DATA: 21 de dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Terra Rica, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 137/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 27 de julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Terra Rica, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Santo Inácio de Loyola, da sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

**RESOLUÇÃO NÚMERO 353/76**

DATA: 21 de dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Planaltina do Paraná, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 137/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 27 de julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Planaltina do Paraná, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Arthur da Costa e Silva, da sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

**RESOLUÇÃO NÚMERO 354/76**

DATA: 21 de dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Foz do Iguaçu, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 137/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 02 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Foz do Iguaçu, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Perciliana Lobato de Alvorada do Sul, do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

**RESOLUÇÃO NÚMERO 355/76**

DATA: 21 de dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Pato Branco, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 137/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Pato Branco, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Rocha Pombo, o Grupo Escolar Possídio Salomoni e a Casa Escolar Carmela Bortot, da sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

**RESOLUÇÃO NÚMERO 356/76**

DATA: 21 de dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Apucarana, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 137/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Apucarana, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar João Antônio Braga Cortes e o Grupo Escolar Guilherme da Mota Correa, da sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

**RESOLUÇÃO NÚMERO 357/76**

DATA: 21 de dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério dos Transportes e o Município de Curitiba, com interveniência da Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana e da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 150/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 26 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério dos Transportes e o município de Curitiba, com a interveniência da Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana e da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, objetivando a execução das etapas que especifica, constantes do Programa de Investimentos Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 358/76

DATA: 21 de dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Tamboara, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 151/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 21 de outubro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e o município de Tamboara, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

ARTIGO SEGUNDO – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 359/76

DATA: 21 de dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e o município de Cidade Gaúcha, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 153/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 21 de outubro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e o município de Cidade Gaúcha, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

ARTIGO SEGUNDO – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 360/76

DATA: 21 de dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Santo Inácio, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 154/76)

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de outubro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e o município de Santo Inácio, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

ARTIGO SEGUNDO – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 361/76

DATA: 22 de dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria de Segurança Pública e o município de Tamboara, com objetivo que especifica.

(Mensagem do Poder Executivo número 114/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO – Fica aprovado o Termo Aditivo de Convênio celebrado em 07 de julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, a Empresa de Obras Públicas do Paraná – EMOPAR, e o município de Tamboara, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

ARTIGO SEGUNDO – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 362/76

DATA: 22 de dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de Guairacá, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 125/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 20 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de Guairacá, objetivando a realização e melhoria dos serviços locais de trânsito.

ARTIGO SEGUNDO – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 363/76

DATA: 22 de dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Bela Vista do Paraíso, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 141/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO – Fica aprovado o Termo de re-ratificação datado de 05/10/76, ao Convênio celebrado em 09 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, e o município de Bela Vista do Paraíso, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana no referido município.

ARTIGO SEGUNDO – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 364/76

DATA: 22 de dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Indianópolis, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 152/76)

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 21 de outubro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do

Controle da Erosão no Paraná – SUCEPAR, e o município de Indianópolis, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 22/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 365/76

DATA: 22 de dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle à Erosão no Paraná – SUCEPAR, e o município de Diamante do Norte, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 162/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 09 de novembro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná – SUCEPAR, e o município de Diamante do Norte, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 22/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 366/76

DATA: 22 de dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, e o município de São Mateus do Sul, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 155/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de setembro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, e o município de São Mateus do Sul, objetivando a execução de serviços complementares no prédio destinado à terceira Sub-divisão Policial, sediada no referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 22/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 367/76

DATA: 22 de dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Terra Boa, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 156/76)

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 05 de novembro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná – SUCEPAR, e o município de Terra Boa, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 22/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 368/76

DATA: 22 de dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Guaraci, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 157/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de outubro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná – SUCEPAR, e o município de Guaraci, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 22/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 369/76

DATA: 22 de dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Querência do Norte, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 158/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 05 de novembro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná – EMOPAR, e o município de Querência do Norte, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 22/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 370/76

DATA: 22 de dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Terra Rica, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 159/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 04 de novembro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná – SUCEPAR, e o município de Terra Rica, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 22/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE



**RESOLUÇÃO NÚMERO 371/76**

DATA: 22 de dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de São João do Caiuá, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 161/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 09 de novembro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná – SUCEPAR, e o município de São João do Caiuá, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 22/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

**RESOLUÇÃO NÚMERO 372/76**

DATA: 22 de dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado por intermédio da Secretaria do Interior, através da SUCEPAR, e o município de Pérola, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 163/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 09 de novembro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná – SUCEPAR, e o município de Pérola, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, no referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 22/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

**RESOLUÇÃO NÚMERO 373/76**

DATA: 22 de dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de São Pedro do Paraná, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 164/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 09 de novembro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná – SUCEPAR, e o município de São Pedro do Paraná, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 22/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

**RESOLUÇÃO NÚMERO 374/76**

**SÚMULA:** Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Foz do Iguaçu, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 116/76)

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu pro-

mulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 13 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de Foz do Iguaçu, objetivando a implantação de serviços de segurança contra incêndio e a prestação de socorros públicos, na área do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 22/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

**RESOLUÇÃO NÚMERO 375/76**

DATA: 22 de dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de Marmeleiro, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 133/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução :

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 20 de abril de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de Marmeleiro, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL, e verbas do orçamento do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 22/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

**RESOLUÇÃO NÚMERO 376/76**

DATA: 22 de dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná – SUCEPAR, e o município de Mandaguaçu, com objetivos que especifica. (Mensagem Governamental número 160/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 05 de novembro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná – SUCEPAR, e o município de Mandaguaçu, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 22/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

**DECRETOS LEGISLATIVOS****DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 682/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9851, de 16 de novembro de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

I - retificar "ex-officio" o Decreto Legislativo número 517/76, de 12 de agosto de 1976, para declarar que o acréscimo quinquenal concedido pelo mesmo a MANOEL MARTINS DE CASTRO, matrícula número 315, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é a partir de 22 de janeiro de 1973, e não como consta naquele ato; e,

II - conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 22 de julho de 1976, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computadas para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de dezembro de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 683/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9961, de 19 de novembro de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

I - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termo do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de AURORA RIBEIRO GONÇALVES, matrícula número 193, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio compreendido entre 07 de janeiro de 1968 e 07 de julho de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio; e,

II - conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 25 de maio de 1975, data em que, em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio, completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de dezembro de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 684/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6895, de 04 de agosto de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

aposentar, com fundamento no Art. 224, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, INÊS LITZA LENIOWSKI, matrícula número 202, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos de Cr\$ 28.092,60 (vinte e oito mil e noventa e dois cruzeiros e sessenta centavos) anuais e integrais, nos termos do Art. 139, da mesma Lei, incluídos dois (02) acréscimos trienais e dois (02) quinquenais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de dezembro de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 685/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

#### RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a dotação consignada no Decreto Legislativo número 493, de 28 de junho de 1976, como abaixo se discrimina:

##### 3.1.3.0 - SERVIÇOS DE TERCEIROS

10 - Serviços Telefônicos, Telegráficos, Radiográficos, Postais e Assinaturas de Caixas Postais . . . . 583.200

Art. 2º - Alterar o artigo quarto, do Decreto Legislativo número 259, de 14 de abril de 1976, no que abaixo se discrimina:

##### 01 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS

01 - Subsídios . . . . . 3.275.000

##### 02 - DESPESAS VARIÁVEIS

01 - Subsídios Variáveis dos Deputados . . . . 6.650.000

06 - Ajuda de Custo - Deputados . . . . . 1.875.000

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições que o contrariem.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de dezembro de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 686/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10153, de 24 de dezembro de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JAYRO CAMARGO, matrícula número 454, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia o tempo de dois (02) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de dezembro de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 687/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9874, de 17 de novembro de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder, a NEVERCINDO RIBEIRO DE LIMA, matrícula número 541, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 08 de dezembro de 1976, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de dezembro de 1976.

(as) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2º Secretário

#### PORTARIAS:

## PORTARIA NÚMERO 634/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10774, de 13 de dezembro de 1976, deste Poder,

## RESOLVE:

autorizar ALEXANDRE RADICHEWSKI, matrícula número 388, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 01 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de dezembro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 635/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9181, de 15 de outubro de 1976, deste Poder,

## RESOLVE:

revogar a Portaria número 202/76, de 28 de abril de 1976, na parte que designou NILCE ALVES POLI MILANI, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado EGON PUDELL, a partir de 21 de junho de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de dezembro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 636/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10903, de 15 de dezembro de 1976, deste Poder,

## RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, à funcionária VALDEMIRA DEMETERCO, matrícula número 228, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de dezembro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 637/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

conceder férias coletivas aos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, referentes ao exercício de 1977, conforme abaixo especificado:

DE 03 DE JANEIRO A 01 DE FEVEREIRO

AREODIVA MANN DE SOUZA – Mat. 234

JONAS DE SOUZA PORTO – Mat. 514

JOSÉ ARY NASSIFF – Mat. 272

MARILU FANCHER BECKER – Mat. 438

ROQUE DE CRISTO – Mat. 085

SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR – Mat. 434

WALFRIDO RIBEIRO DE CAMARGO – Mat. 035.

DE 01 DE FEVEREIRO A 02 DE MARÇO

ANTÔNIO LACERDA BRAGA NETO – Mat. 095

CARMEN APARECIDA FREGONEZE – Mat. 098

CÉLIA MARIA HATSCHBACH – Mat. 260

DELTA DE ALMEIDA CARDOSO – Mat. 239

ERNESTO GOMES CORDEIRO – Mat. 151

GABRIEL BROTTTO – Mat. 335

IZABEL FREITAS – Mat. 534

JOEL DA SILVA NATAL – Mat. 341

JOGUIBE MANSUR – Mat. 312

JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS – Mat. 509

LÁZARO DA SILVA – Mat. 521

NEVINHA MARIA CARDOSO – Mat. 595

OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS – Mat. 502

DE 01 A 30 DE MARÇO

ALCEU RAMOS – Mat. 363

ALMIR OLIVEIRA DOS SANTOS – Mat. 190

ÁLVARO SÉRGIO MARAVALHAS – Mat. 030

ANTÔNIO GARCIA – Mat. 020

ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN – Mat. 076

ELCY DA SILVA BATISTA – Mat. 099

EUTHALIA MARTINS DA SILVA – Mat. 245

FRANCISCO BUBNIAK – Mat. 367

GERSON NEMES – Mat. 506

GLACI BELICH – Mat. 154

HUGO GABARDO – Mat. 527

IRACY DA SILVA RUDNIK – Mat. 203

JANET DA SILVA SANTOS – Mat. 338

JOAQUIM ANTÔNIO RODRIGUES – Mat. 311

JOAQUIM VIEIRA DA SILVA – Mat. 524

JOÃO FARINHAK – Mat. 210

JOSÉ TAVARES DO CANTO FILHO – Mat. 101

JOSEFA KUČEK LEVANDOSKI – Mat. 174

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA – Mat. 398

LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS – Mat. 145

MARIA DO ROCIO MEDEIROS WITOSLAWSKI – Mat. 425

MARIA STELLA MADER DO AMARAL GURGEL – Mat. 105

MARLENE DE BRITO PERRONE – Mat. 228

NILCE MACEDO FIGUEIREDO – Mat. 33

OSWALDO FARIA – Mat. 345

RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI – Mat. 320

RICARDO S. KHURI – Mat. 107

ROGÉRIO FABIANO NEVES DA CRUZ – Mat. 171

RUTE DA SILVA LOPES – Mat. 226

OLON FONTOURA RODRIGUES – Mat. 407

UAHIB ABRAHÃO TANUS – Mat. 18

VIDAL VANHONI – Mat. 019

DE 01 A 30 DE ABRIL

ALBA LYGIA ARAUJO E GARCIA – Mat. 111

ALEXANDRE RADICHEWSKI – Mat. 388

ARLETT BELMONT ZEBALLOS – Mat. 235

CLARICE SZATKOWSKI – Mat. 468

DIRCEU GONÇALVES CORDEIRO – Mat. 353

FLODOALDO TRINDADE – Mat. 091

IVO GUSSO – Mat. 264

JOÃO CRUZ – Mat. 209

LELIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR – Mat. 102

LORIS CORDEIRO DE BARROS – Mat. 128

MÁRIO AUGUSTO GUERRA – Mat. 170

NEUSA OLÍVIA MELARA – Mat. 344

OCIREMA STAMM BELLÉ – Mat. 440

ROBERTO DINIZ SATYRO – Mat. 255

SÉRGIO ZACARIAS – Mat. 406

SÍLVIA PEIXOTO GRANADO – Mat. 227

SOFIA KOLOSOSKI – Mat. 528

TABAJARA MARTINS – Mat. 073

THEREZINHA FORMIGHIERI SIMÕES – Mat. 089

DE 02 A 31 DE MAIO

ALCEU WALTER NIEDZWIEDZ – Mat. 508

ANTÔNIO CECCON – Mat. 554

ARY NATAL CHEMIN – Mat. 297

ATTILIO PEREIRA DE LIMA – Mat. 478

AYRTON PRECOMA – Mat. 511

CELI EUCLÉIA GALLIANO – Mat. 415  
 CLÉIA CARNEIRO TEIXEIRA – Mat. 261  
 EDOUARD ELIAS THOME – Mat. 024  
 ETHEL DE PINHO NEVES – Mat. 344  
 FRANCISCO DE OLIVEIRA BINI – Mat. 516  
 GILBERTO FELIX DA SILVA – Mat. 100  
 GIOACHINO SUGAMOSTO – Mat. 549  
 IHOR BARANHUK – Mat. 453  
 JOSÉ ESTEFANO DE BRITO WITOSLAWSKI – Mat. 518  
 LADY CUNHA – Mat. 444  
 LAERTES LUIZ FOGGIATO – Mat. 456  
 LINDAMIR EDIL CARAN – Mat. 510  
 LUIZ CARLOS CARON GROSSI – Mat. 464  
 LUIZA ZACK VIANTE – Mat. 213  
 LYDIA SCHONBACHLER DE ALMEIDA – Mat. 477  
 MANOEL PINHEIRO CANGUSSU – Mat. 571  
 MARIA APARECIDA DO ROCIO GEBRAN DO AMARAL – Mat. 293  
 MARIA ELIZABETE POLI KUROWSKI – Mat. 131  
 MARIA IGNEZIA CAVALARES FAGUNDES – Mat. 219  
 MARIA LEONIDA ROCHA – Mat. 427  
 RENATO EUGÊNIO REBELLO SCHAITZA – Mat. 600  
 RONALDO LOPES LINHARES – Mat. 086  
 RUTH CARVALHO DE MELO – Mat. 256  
 RUY RIBAS DE OLIVEIRA – Mat. 257  
 WALTER CID RODRIGUES E SILVA – Mat. 435  
 ZENAIDE SILVA FILPO – Mat. 410  
 ZENO PACIORNIK – Mat. 411

DE 01 A 30 DE JUNHO

ADEL METRING FRANCALACCI ESPÍNOLA – Mat. 109  
 ADILSON VICENTINI – Mat. 110  
 ALAIDE MARIA LOFFHAGEN LUZ – Mat. 180  
 BOLIVAR CAMARGO BARROS – Mat. 115  
 CECÍLIA KURECKI STUART – Mat. 530  
 CESAR AUGUSTO AGOSTINI PINTO NUNES – Mat. 594  
 CLEIDE ANGELINA MOLINARI DA SILVA – Mat. 416  
 DIMITRYA PIRIH MARANHÃO – Mat. 138  
 DORIZON SALGADO BUENO – Mat. 008  
 ELZA CARNEIRO CAMARGO – Mat. 448  
 EMÍLIO MAURO BARBOSA – Mat. 499  
 ERNESTO PERACETTA – Mat. 548  
 GENIR S. FERNANDES – Mat. 199  
 GILBERTO DAROS – Mat. 517  
 ISaura BRAVOS – Mat. 471  
 ISaura BUENO – Mat. 204  
 ISRAEL DINIZ – Mat. 069  
 IZOLLA GLISTAU BARRICHELLO – Mat. 207  
 JOÃO ANDRÉ CLELE – Mat. 567  
 JOÃO FELIPE CHAVES LOUREIRO – Mat. 046  
 JOSÉ ARY VALÉRIO – Mat. 272  
 JOSÉ CHECHELISKI – Mat. 393  
 JOSÉ RENATO DUARTE – Mat. 039  
 LEONOR HILGERT MORAES – Mat. 078  
 LILIAN MARY DOS SANTOS REBELLO – Mat. 437  
 LUIZ ALBERTO SOFFIATI CASSAL – Mat. 537  
 LUIZ FERNANDO GOTTARDI – Mat. 546  
 MADALENA MARIA DE LIMA – Mat. 266  
 MARIA ARANTE DE LIMA – Mat. 216  
 MARIA MOREIRA MACENO – Mat. 220  
 MARINA CUNHA MARTINS – Mat. 597  
 MAXIMÍNIO CARDOSO – Mat. 573  
 NILVA MARIA MORO – Mat. 497  
 OPHIR FABELINO DE SOUZA – Mat. 483  
 PEDRO LIBERTI – Mat. 253  
 RONALDO BAPTISTA – Mat. 430  
 ROSALINA PEREIRA SANTIN – Mat. 224  
 RUBYS DE SOUZA – Mat. 569  
 RUI FRANCISCO GABARDO – Mat. 605  
 SALOMÃO DE SOUZA ANDRADE – Mat. 405

WALTER JOSÉ PEIXER – Mat. 136

DE 01 A 30 DE JULHO

ALBERTO SAVÓIA ASSEF – Mat. 147  
 ALZEMIRO ARTIGAS – Mat. 381  
 ANTÔNIO DA SILVA – Mat. 566  
 BELMIRO MARTIN – Mat. 282  
 CASEMIRO MARQUES – Mat. 529  
 DILMAR ABÍLIO ARCHEGAS – Mat. 41  
 EDGAR SANTOS BUQUERA – Mat. 485  
 EDGAR TÁVORA JÚNIOR – Mat. 139  
 ELIAS PEREIRA – Mat. 417  
 GERSON EVANGELISTA PASSOS – Mat. 336  
 HENRIQUE WOJCIK – Mat. 460  
 HILDA MATHIES BLANC – Mat. 328  
 JACYRA MACHADO BINI – Mat. 208  
 JOSÉ ANTÔNIO MAIGUE – Mat. 368  
 JOSÉ ROSA FILHO – Mat. 340  
 JOSINA PEREIRA JANJÃO – Mat. 157  
 JÚLIA JOLINSKI DE PAULA – Mat. 560  
 LELINGTON LOBO FRANCO – Mat. 421  
 LEONILDA BITTENCOURT – Mat. 287  
 LUIZ AUGUSTO CANTADOR – Mat. 507  
 LUIZ LIMA – Mat. 504  
 MARIA ALEXANDRINA MOREIRA PONCIO – Mat. 215  
 MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES – Mat. 217  
 MARIA HERCÍLIA CÂMARA CONTER – Mat. 426  
 MARIA LIDA RATZK – Mat. 539  
 NADIR DE OLIVEIRA SANTOS – Mat. 540  
 NEVERCINDO RIBEIRO DE LIMA – Mat. 541  
 RUTH CAMILO RUSSI – Mat. 296  
 WALTER ADÃO PINTO DE MACEDO – Mat. 036

DE 01 A 30 DE AGOSTO

ALBINO DE BRITO FREIRE – Mat. 055  
 ALCEU ALVES PASSOS – Mat. 112  
 ALCEU IVO COSTACURTA – Mat. 040  
 ALMIR MONTEIRO – Mat. 383  
 ANNA CHRISTINA SOUZA – Mat. 553  
 ANTÔNIO JOÃO GREBER – Mat. 291  
 BERTOLDO SCHWARZBACH – Mat. 306  
 BOANERGES DE MENEZES CALDAS – Mat. 268  
 CARLOS EDUARDO JUNG – Mat. 492  
 EMÍLIA DE MIRANDA BECKER – Mat. 374  
 ÊNIO MEDEIROS – Mat. 010  
 FAUSTO LUIZ ABRY – Mat. 555  
 GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA – Mat. 262  
 GILBERTO LAMPARELI SILVA – Mat. 178  
 HERCULANO CORDEIRO – Mat. 39-  
 IZAIR PEREIRA FLORES – Mat. 206  
 IZIDORO CECCON – Mat. 071  
 JOANNA DE BIASIO DA CUNHA – Mat. 443  
 JOÃO ALBERTI ANDRETTA – Mat. 476  
 JOÃO CAXIAS URBAN – Mat. 408  
 JOÃO MARIA SERPA – Mat. 070  
 JOSÉ AFONSO COELHO – Mat. 391  
 JOSÉ TARQUÍNIO ISFER – Mat. 105  
 JOSIAS MARQUESI – Mat. 601  
 LAURO DE ALCÂNTARA MARTINS – Mat. 126  
 LÍDIA MUCHISKI – Mat. 487  
 LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP – Mat. 049  
 MANOEL MARTINS DE CASTRO – Mat. 315  
 MARIA DA LUZ AZEVEDO SOARES – Mat. 538  
 MARIA NEIDE BOZA ESTIVAL – Mat. 221  
 MOYSES ABDALA MAGALHÃES – Mat. 316  
 MUSSA JOSÉ ASSIS – Mat. 599  
 MYRTHES MAGDA GOMES – Mat. 106  
 NELSON ANDRÉ DE ARAÚJO – Mat. 544  
 NELSA ALVES DE OLIVEIRA – Mat. 082  
 ODHAIR COSMOS – Mat. 575

OLENI FERREIRA LIMA – Mat. 379

OLGA POPOVICH – Mat. 319

SEBASTIÃO BUENO – Mat. 576

SINHORINHA BERNARDI – Mat. 563

## DE 01 A 30 DE SETEMBRO

ALICE DO ROSÁRIO ANTUNES – Mat. 189

ANGELINA GARCIA PACHECO – Mat. 183

ANTÔNIO CARLOS LACERDA – Mat. 603

AYRTON LUIZ BAPTISTA – Mat. 061

CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI – Mat. 386

CELSE APPARECIDO DE CASTRO – Mat. 144

CLARICE FROIS DE MIRANDA – Mat. 547

CLEMETILDE DELFINA BORTOLON – Mat. 387

DARCI KLIEMANN – Mat. 493

DURVAL DAROS – Mat. 065

EUMÊNIA DE OLIVEIRA – Mat. 469

IBANEZA MENDES DOS SANTOS – Mat. 122

IRANI CARINI – Mat. 179

IZABEL SANTO ALAYA LAMAU – Mat. 533

JOAQUIM ROBERTO MULHOZ DE MELLO – Mat. 028

JOANA DE LIMA – Mat. 558

JOÃO FARIAS – Mat. 543

LUIZ CARLOS MONTEIRO – Mat. 161

MANOEL AGUIAR FILHO – Mat. 399

MANRIQUE GANDARA FILHO – Mat. 032

MARIA LOURDES SANTOS – Mat. 561

MARIA DE LOURDES MALTAURO – Mat. 181

MARIA DOLORES TULIO BARVIK – Mat. 218

MARIA MENEGUSSO – Mat. 562

MARLENE PERRY GONÇALVES – Mat. 158

MERCHID BELICH FILHO – Mat. 267

OSIRES DE BRITO – Mat. 083

PAULINA SHERNER SIMÕES – Mat. 223

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS – Mat. 403

SAINT'CYR DE OLIVEIRA ROCHA – Mat. 258

SIOMARA LOPES GOMIDE – Mat. 446

TEREZINHA BARBOSA DE MOURA E CLARO – Mat. 135

UMBELINA CARRARO SANTOS – Mat. 461

## DE 03 DE OUTUBRO A 02 DE NOVEMBRO

ACÁCIO TAQUES DE ARAÚJO – Mat. 054

AGAR LEILA DE MENDONÇA GUIMARÃES – Mat. 079

BOGDANO KARPEN – Mat. 307

BRÍGIDA LOBO KOLAROVICS – Mat. 556

CENIRA SILVEIRA DA CONSTA – Mat. 308

EDISON HEIBEL – Mat. 242

ELDO GEVEZIER – Mat. 056

FLORIPES ALVES BOSCHI – Mat. 197

FRANCISCO DRANKA – Mat. 066

HEITOR GURGEL DO AMARAL VALENTE – Mat. 418

HILÁRIO FREGONEZE – Mat. 026

HONÓRIA CORDEIRO – Mat. 201

IGLAIR SMANIOTTO – Mat. 298

IONE MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER – Mat. 470

IVETE HENQUEM DRANKA – Mat. 155

JAHIR DELAGASSA – Mat. 075

JOÃO MARIA DE JESUS CAMPOS ARAÚJO – Mat. 500

JORGE KUDRI – Mat. 286

JORGE MATHIAS JÚNIOR – Mat. 072

JOSÉ CARLOS PEREIRA PORTELA – Mat. 574

JOSÉ ELIA MARTINS – Mat. 394

JUDETH SCHOLTZ – Mat. 463

JULIETA ROSA SAMPAIO – Mat. 472

LEONILDO MARCHIORO – Mat. 376

LUCIANO ANTÔNIO BITTENCOURT – Mat. 519

LUIZ CARLOS MARTINS ARAÚJO – Mat. 074

MARIA DO ROSÁRIO MARQUES – Mat. 064

MAURÍCIO GONÇALVES – Mat. 152

MAY FAIR PERINI – Mat. 187

NELITA RIBEIRO HARTMANN – Mat. 343

NELSON SILVIO SALLES – Mat. 491

NICANOR DE VASCONCELLOS SOUZA – Mat. 014

NORBERTO HUCH – Mat. 520

OLGA MARIA ROCHA ATHAIDE – Mat. 295

PLÁCIDO CORDEIRO DE PAULA – Mat. 254

RAUL WOLF – Mat. 321

RITA CELESTINO SOARES – Mat. 052

ROGÉRIO ANTÔNIO SOUZA DO NASCIMENTO – Mat. 495

ROSÁRIA CARDOSO DE LIMA – Mat. 225

SÉRGIO MANOEL POPLADE CERCAL – Mat. 484

SILVIO SEBASTIANI – Mat. 486

TEREZINHA RUPPEL GLUCK – Mat. 323

VALDECIR NASSAR – Mat. 412

WILSON RAMOS – Mat. 137

## DE 01 A 30 DE NOVEMBRO

ABIB MIGUEL – Mat. 038

AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS – Mat. 355

ALCIDES ZONATTO – Mat. 526

ALELI DOS SANTOS – Mat. 474

AMAURY SCHIMMELPFENG RAMOS – Mat. 280

ANDRELINA CORREIA ALVES – Mat. 191

ARACY ZECH – Mat. 192

CENIRA DOS SANTOS FREITAS – Mat. 194

CESAR AUGUSTO LEONI – Mat. 479

DINO JOSÉ BROZE DE ALMEIDA – Mat. 494

DULCÍDIO CALDEIRA JÚNIOR – Mat. 042

EDSON CARLOS DE OLIVEIRA – Mat. 557

EMÍLIO REINOLDO GREBER – Mat. 499

FRANCISCO TABORDA RIBEIRO – Mat. 375

GABRIEL QUEZADA FILHO – Mat. 067

GILBERTO BITTENCOURT FONTOURA – Mat. 450

HELENA REGINA STEPHAN – Mat. 076

HILZA DOS SANTOS LOPES – Mat. 200

IONE CHAVES CAPRILHONE – Mat. 337

JOAQUINA LOURENÇO JOSÉ – Mat. 211

JOANA MACIEL FARIAS – Mat. 156

JOÃO MARTINS SOBRINHO – Mat. 382

JOSÉ CARLOS PEREIRA – Mat. 180

JOSÉ DA TRINDADE – Mat. 503

JURACY JOSÉ SOMAVILLA – Mat. 351

LUIZ FRANCISCO FONTOURA – Mat. 604

MADONA SIDILHA DOS SANTOS LOYOLA – Mat. 214

MARIA ALBA MENDES SILVA GASTÃO BARBOSA XAVIER – Mat.

490

MARLENE COUTO DE CRISTO – Mat. 175

NILTON BUSATTO – Mat. 317

ORLANDO SABOTTO – Mat. 591

PAULO HENRIQUE DE ARRUDA GONÇALVES – Mat. 596

PEDRO ALVARES DOS SANTOS – Mat. 084

RAFAEL DE LALA SOBRINHO – Mat. 602

RAUL ZIPPERER – Mat. 522

SEBASTIÃO DE CRISTO – Mat. 113

SILDETE TEIXEIRA – Mat. 331

## DE 01 A 30 DE DEZEMBRO

ACIR VILLATORE – Mat. 364

ALSTON XAVIER DA SILVEIRA – Mat. 372

ANTÔNIO ALVES DE OLIVEIRA NETO – Mat. 094

AURORA RIBEIRO GONÇALVES – Mat. 193

BELKIZ FERNANDES – Mat. 385

CELINA BIANCHI – Mat. 153

CELSE MARIANO DOS SANTOS – Mat. 165

CLÓVIS FREITAS – Mat. 173

DARCI ANTÔNIO BUDEL – Mat. 062

DORIVAL DELAGASSA – Mat. 577

ÉLIO DUARTE DIAS – Mat. 009

EMA ELY ATANÁSIO RUPP – Mat. 309

FERNANDO JOSÉ PUPPI – Mat. 307

FRANCISCA DA SILVA CAVALHEIRO – Mat. 198  
 HILDA GUIOMAR ARGUELLO – Mat. 452  
 HONORINO LUIZ COLLA – Mat. 505  
 HUGO MARTINS KUSOP – Mat. 068  
 ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA – Mat. 045  
 INOLAN GUIGISKI DE OLIVEIRA – Mat. 123  
 JOSÉ CARDOSO DE AZEVEDO – Mat. 047  
 LINDAMIR GONÇALVES BORGONOVO – Mat. 212  
 LUIZ BROTT NETO – Mat. 397  
 LUIZ CARLOS GONÇALVES DE CASTRO – Mat. 592  
 LUIZ DOUGLAS FERREIRA – Mat. 103  
 LUIZ FERNANDO MALHEIROS CARNEIRO – Mat. 129  
 LUIZ LOSSO – Mat. 077  
 LUPERCINA ROCHA CONTER – Mat. 051  
 MANUEL FERNANDES MAIA JÚNIOR – Mat. 031  
 MARCIONILIO SANCHO CAMBUHY – Mat. 177  
 MARIA AMÁLIA CESAR CERCAL DE OLIVEIRA – Mat. 104  
 MARIA DE LURDES BIZETTO REQUE – Mat. 330  
 MARIA JOSÉ TÁVORA GIL BELÉM – Mat. 250  
 NELSON EMÍLIO MARQUES – Mat. 352  
 NOIR PACHECO – Mat. 482  
 PAULO CESAR PINHO DUBOC – Mat. 445  
 PAULO DE SOUZA FILHO – Mat. 441  
 PERCI TAMPLIM – Mat. 370  
 PLÍNIO ANTÔNIO DE SOTTI LOPES – Mat. 149  
 ROSI MARIA BANDEIRA DE ASSIS – Mat. 073  
 SILVIO RODOLFO LIEGEL – Mat. 034  
 VALDOMIRA DEMETERCO – Mat. 228  
 WILMA WAMBIER GUSSO – Mat. 462

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de dezembro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
 Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 638/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

**RESOLVE:**

conceder férias coletivas aos funcionários Contratados deste Poder Legislativo, referentes ao período 1976/1977, conforme abaixo especificados.

DIRCEU DA SILVA – de 15 de março a 12 de abril de 1977.  
 HAMILTON GUERREIRO CARNEIRO – de 15 de abril a 13 de maio de 1977  
 ALCIONE GUILHERME CORDEIRO WEISS – de 16 de maio a 13 de junho de 1977  
 NEOMILTA SANTI SCHEFFEL – de 01 a 30 de junho de 1977  
 DEISE XAVIER DEL CORSO – de 01 a 26 de agosto de 1977.  
 JEAN VILLENAVE – de 01 a 26 de agosto de 1977.  
 RENATO MÁRIO MIGUEL – de 01 a 26 de agosto de 1977.  
 ELI MOCELIN CECCON – de 01 a 29 de setembro de 1977.  
 TADEU LUKA – de 01 a 28 de outubro de 1977  
 ADMIR BORK – de 01 a 30 de novembro de 1977.  
 ALZIRO SANTIN – de 16 de novembro a 13 de dezembro de 1977.  
 WILFRIED KOESTER – de 15 de setembro a 12 de outubro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de dezembro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
 Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 639/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10774, de 13 de dezembro de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

designar ALEXANDRE RADCHEWSKI, matrícula número 388, ocupante do cargo de nível PL “16”, da Série de Classes de Auxiliar Legisla-

tivo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da primeira Secretaria, a partir de 01 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de dezembro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
 Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 640/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10905, de 15 de dezembro de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

revogar a Portaria número 58/75, na parte que autorizou o funcionário SILVIO RODOLFO LIEGEL, matrícula número 034, ocupante do cargo de nível PL “30”, da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários, junto ao Gabinete do Deputado FUAD NACLI.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de dezembro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
 Diretor Geral

**DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO**

**SERVIÇO DE ESTATÍSTICA**

**SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA**

**OITAVA LEGISLATURA**

**SINOPSE**

Dos Trabalhos Legislativos e Administrativos do Período Extraordinário Compreendido entre 6 de Dezembro a 23 de Dezembro de 1976.

PRESIDENTE – Dep. PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
 1.º SECRETÁRIO – Dep. AGUINALDO PEREIRA LIMA  
 2.º SECRETÁRIO – Dep. MAURÍCIO R. FRUET

Sessão de Instalação .....	01
Sessões Ordinárias .....	14
Projetos de Lei Apresentados .....	03
Projetos de Lei Aprovados .....	02
Projetos de Lei Sancionados pelo Sr. Governador .....	07
Projetos de Resolução aprovados .....	100
Requerimentos dos Senhores Deputados .....	51
Votos de Pesar .....	14
Votos de Congratulações regozijo e aplauso .....	13
Visitas Ilustres .....	04
Mensagens do Governo do Estado .....	11
Ofícios do Senhor Governador do Estado .....	07
Ofícios Diversos .....	01
Decretos Legislativos .....	26
Portarias Baixadas pelo Senhor Diretor Geral .....	41
Discursos dos Senhores Deputados .....	22

Curitiba, 22 de Dezembro de 1976.

**M E S A**

Presidente – Paulo Affonso Alves de Camargo  
 Primeiro Vice-Presidente – Luiz Gabriel G. Sampaio  
 Segundo Vice-Presidente – José Antônio Del Ciel  
 Primeiro Secretário – Aguinaldo Pereira Lima  
 Segundo Secretário – Maurício Roslindo Fruet  
 Terceiro Secretário – Fidelcino Tolentino  
 Quarto Secretário – João Leopoldo Jacomel

**DEPUTADOS ESTADUAIS**

AGUINALDO PEREIRA LIMA  
 ALFREDO GULIN



ARAGÃO DE MATTOS LEÃO  
ADALBERTO DAROS  
ANTÔNIO FACCI  
BASÍLIO ZANUSSO  
BENEDITO LÚCIO MACHADO  
DÁCIO LEONEL DE QUADROS  
DAVID FEDERMANN  
DENI LINEU SCHWARTZ  
EGON PUDELL  
EZEQUIAS LOSSO  
EDILSON ALENCAR BARBOSA  
ENÉAS FARIAS  
ERNESTO DAL'OGGIO  
ERNESTO GNOATO  
FABIANO BRAGA CÔRTEZ  
FRANCISCO ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO  
FRANCISCO ESCORSIN  
FUAD NACLI  
FIDELCINO TOLENTINO  
GABRIEL MANOEL  
GILBERTO CARVALHO  
IVAN SANTOS RÜPPEL  
IVO THOMAZONI  
JOÃO LEOPOLDO JACOMEL  
JOÃO CIONI NETTO  
JORGE SATO  
JOSÉ LÁZARO DUMONT  
JURANDIR MESSIAS  
LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA  
LUIZ GABRIEL G. SAMPAIO  
LUIZ ROBERTO NOGUEIRA SOARES  
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA  
ROSÁRIO PITELLI  
HÉLIO MANFRINATO  
JAYME RODRIGUES CARVALHO  
JOSÉ ANTÔNIO DEL CIEL  
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI  
JOSÉ MUGGIATI FILHO  
LINEU MANSANI TURRA  
LUIZ CARLOS STANISLAWZUK  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET  
NELSON BUFFARA  
NILSO SGUAREZI  
OSÓRIO VALTER PIETRÂNGELO  
OSVALDO EVANGELISTA MACEDO  
OTÁSSIO PEREIRA DA SILVA  
TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA  
WALDENÍCIO BARBALHO  
WERNER WANDERER  
WILSON FIGUEREDO FORTES

#### COMISSÕES PERMANENTES

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente — Accioly Neto  
Vice-Presidente — Waldenício Barbalho  
Membros:  
Fabiano Braga Côrtes, Accioly Neto, Dácio Leonel, Ezequias Losso, Luiz Roberto Soares, Ivan Rüppel, Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Enéas Faria e Adalberto Daros.

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

Presidente — Quielse Crisóstomo  
Vice-Presidente — Lúcio Machado  
Membros:  
Gilberto Carvalho, Aragão de Mattos Leão, Gabriel Manoel, Luiz Carlos Zuk e Muggiati Filho.

##### COMISSÃO DE TERRAS COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO

Presidente — Egon Pudell  
Vice-Presidente — Jayme Rodrigues Carvalho  
Membros:  
Ivo Thomazoni, João Cioni Netto e Domício Scaramella.

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Presidente — Aragão de Mattos Leão  
Vice-Presidente — Ernesto Dal'Oglio  
Membros:  
Quielse Crisóstomo, David Federmann e José Domingos Scarpelini

#### COMISSÕES PERMANENTES

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Accioly Neto  
Vice-Presidente: Waldenício Barbalho  
Membros: Fabiano Braga Cortes, Accioly Neto, Dácio Leonel, Ezequias Losso, Luiz Roberto Soares, Ivan Rüppel, Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Enéas Faria e Adalberto Daros.

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

Presidente: Quielse Crisóstomo  
Vice-Presidente: Lúcio Machado  
Membros: Gilberto Carvalho, Aragão de Mattos Leão, Gabriel Manoel, Luiz Carlos Zuk e Muggiati Filho.

##### COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO

Presidente: Egon Pudell  
Vice-Presidente: Jayme Rodrigues Carvalho  
Membros: Ivo Thomazoni, João Cioni Netto e Domício Scaramella.

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Presidente: Aragão de Mattos Leão  
Vice-Presidente: Ernesto Dal'Oglio  
Membros: Quielse Crisóstomo, David Federmann, José Domingos Scarpelini.

##### COMISSÃO DE TURISMO

Presidente: Nelson Buffara  
Vice-Presidente: Gilberto Carvalho  
Membros: Wilson Fortes, Jurandir Messias e Adalberto Daros.

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Presidente: Jorge Sato  
Vice-Presidente: Antônio Facci  
Membros: Fuad Nacli, Wilson Fortes, Egon Pudell, Trajano Bastos e Domício Scaramella.

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Otássio Pereira  
Vice-Presidente: Nelson Buffara  
Membros: Jurandir Messias, Alfredo Gulin, Lázaro Dumont e Ernesto Gnoato.

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Presidente: Rosário Pitelli  
Vice-Presidente: Nelson Buffara  
Membros: Jurandir Messias, Werner Wanderer e Edilson Alencar.

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

Presidente: Werner Wanderer  
Vice-Presidente: Jayme Rodrigues Carvalho  
Membros: Rosário Pitelli, João Cioni Netto e Nilso Sguarezi.

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente: Basílio Zanusso  
Vice-Presidente: Lineu Turra  
Membros: Francisco Escorsin, Luiz Alberto de Oliveira e Osvaldo Macedo.

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Presidente: Francisco Escorsin  
Vice-Presidente: Ernesto Gnoato  
Membros: Gabriel Manoel, Basílio Zanusso e Hélio Manfrinato.

##### COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Presidente: Alfredo Gulin  
Vice-Presidente:  
Membros: David Federmann, Fuad Nacli, Lineu Turra e Valter Pietrângelo.

#### SECRETARIA GERAL

Diretor Geral: José Maria Zanardini de Camargo  
Diretor do Departamento Administrativo: Dr. Clóvis Stadler de Souza  
Diretor de Departamento Legislativo: Dr. Alberto Carazzai Neto

#### ATIVIDADES LEGISLATIVAS

##### VOTOS DE PESAR:

- 07-12-76 — Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aluizio Finzeto.  
07-12-76 — Do Sr. Rosário Pitelli, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pietro Meneghini.  
08-12-76 — Do Sr. Fabiano Braga Cortes, solicitando a inserção em Ata

de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Guilherme de Abreu Pires.

- 08-12-76 — Do Sr. Egon Pudell, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Fiorinda Mezon.
- 09-12-76 — Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Batista Madureira.
- 13-12-76 — Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Felisberto Foltran.
- 13-12-76 — Do Sr. Lúcio Machado, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ivaldo Bonacin.
- 14-12-76 — Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ferdinando Pereira.
- 14-12-76 — Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Fernando Ribas.
- 15-12-76 — Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Daniel Portela.
- 18-12-76 — Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Zacarias Kolinski.
- 18-12-76 — Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Enelide Oliveira Aguiar.
- 20-12-76 — Do Sr. Jurandir Messias, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Orozimbo C. Martins.
- 20-12-76 — Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Klemcke.

#### VOTOS DE LOUVOR, REGOZIO E APLAUSOS

- 07-12-76 — Do Sr. Fuad Nacli, solicitando a inserção em Ata de um voto de regozio pela fundação do jornal "Vale do Paranapanema", da cidade de Porecatu.
- 09-12-76 — Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em Ata de um voto de aplauso ao Sr. Pedro Sampaio, Presidente da FAMEPAR.
- 14-12-76 — Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em Ata de um voto de louvor ao jornalista Emir Sfair, pelos motivos que especifica.
- 15-12-76 — Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em Ata de um voto de regozio, pela passagem do 24º aniversário do município de Peabiru.
- 16-12-76 — Do Sr. Egon Pudell, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações ao município de Toledo, pela passagem do seu 24º aniversário de fundação.
- 16-12-76 — Do Sr. Fidelcino Tolentino, solicitando a inserção em Ata de um voto de regozio ao jornalista Mussa José Assis pelos motivos que especifica.
- 17-12-76 — Do Sr. Osvaldo Macedo, solicitando a inserção em Ata de um voto de louvor, à Chapa XI de Agosto, vencedora das eleições da OAB.
- 17-12-76 — Do Sr. Fidelcino Tolentino, solicitando a inserção em Ata de um voto de louvor ao jornalista Mário Nunes, pelos motivos que especifica.
- 17-12-76 — Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em Ata de um voto de regozio, pela passagem do centésimo aniversário de fundação da loja Maçonica Fraternidade Castrense.
- 18-12-76 — Do Sr. Fuad Nacli, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações pela eleição do Sr. Desembargador Ariel Ferreira do Amaral e Silva, para Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.
- 18-12-76 — Do Sr. Basílio Zanusso, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações pela eleição do Sr. Desembargador Ariel Ferreira do Amaral e Silva para a presidência do Tribunal de Justiça do Estado.
- 20-12-76 — Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em Ata de um voto de regozio pela passagem em data de hoje do quadragésimo Sexto aniversário do Clube Atlético Primavera.
- 20-12-76 — Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em Ata de um voto de louvor ao Sr. Ahmed Zaki Yamani, Ministro do Petróleo da Arábia Saudita, na forma que especifica.

#### VISITAS ILUSTRES

- 06-12-76 — A Presidência registra com satisfação a presença em Plenário da Casa do Sr. Diogo Emanuel de Almeida, Prefeito Municipal de Imbituva.
- 13-12-76 — A Presidência anuncia com satisfação a presença em Plenário da Casa do Senhor Prefeito eleito do município de Bocaiúva do Sul.
- 14-12-76 — A Presidência anuncia com satisfação a presença em Plenário da Casa dos Srs. Deputados Federais Nelson Maculan e Antônio Anibelli.

- 17-12-76 — A Mesa registra com satisfação a presença em Plenário da Casa, do jovem Deni Schwartz Filho.

#### DISCURSOS DO SR. DEPUTADO OSVALDO MACEDO

- 06-12-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o falecimento do Sr. João Goulart, ex-Presidente da República.
- 13-12-76 — Ocupa a tribuna para fazer uma condenação a todos os atos de exceção e tece outros comentários.
- 14-12-76 — Ocupa a tribuna para criticar o Sr. Governador do Estado quanto ao problema da prorrogação dos mandatos em nosso País.

#### DISCURSO DO DEPUTADO TRAJANO BASTOS

- 14-12-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre editorial publicado em jornal de nossa Capital, sob o título "A Retórica do Demônio".

#### DISCURSO DO DEPUTADO LÁZARO DUMONT

- 13-12-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o problema dos ditos "bóias frias" em nosso Estado.

#### DISCURSO DO DEPUTADO IVO THOMAZONI

- 07-12-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a data de hoje em que se comemora o Dia da Justiça.

#### DISCURSO DO DEPUTADO EDILSON ALENCAR

- 07-12-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a eleição do Sr. Prefeito Municipal de Assis Chateaubriand.

#### DISCURSO DO DEPUTADO VALTER PIETRÂNGELO

- 09-12-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre as próximas eleições da Executiva do "Santa Mônica Clube de Campo".

#### DISCURSO DO DEPUTADO FABIANO BRAGA CORTES

- 15-12-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre editorial publicado em jornal de nossa Capital, sob o título "Nossa Alma, Nossa Palma".

#### DISCURSOS DO DEPUTADO FIDELCINO TOLENTINO

- 13-12-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o aumento de vencimentos dos funcionários do Estado.
- 14-12-76 — Ocupa a tribuna para trazer ao conhecimento da Casa de que o município de Cascavel não está relacionado no convênio para combate à erosão.
- 15-12-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre irregularidades ocorridas na solenidade de colação de grau dos formandos da Faculdade de Cascavel.
- 15-12-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o não envio de mensagem pelo Governo do Estado para o aumento dos vencimentos dos funcionários do Estado do Paraná.

#### DISCURSO DO DEPUTADO NILSO SGUAREZI

- 08-12-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a data de hoje em que se comemora o Dia da Justiça.
- 15-12-76 — Ocupa a tribuna para atecer comentários sobre problemas sociais, políticos e econômicos que ocorrem em nosso País.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO DENI SCHWARTZ

- 07-12-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a Cepoerpa, órgão cooperativo de eletricidade rural.
- 16-12-76 — Ocupa a tribuna para dizer da posição que ocupa o Poder Legislativo na nossa atual conjuntura política nacional.

#### DISCURSO DO DEPUTADO GABRIEL MANOEL

- 17-12-76 — Ocupa a tribuna para congratular-se com os Srs. Deputados e funcionários deste Poder, pela passagem de mais um ano de trabalhos legislativos, e tece outros comentários.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO ALFREDO GULIN

- 07-12-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a vitória do Sr. Prefeito eleito no município de Rio Branco do Sul.
- 20-12-76 — Ocupa a tribuna para enaltecer a atuação do Sr. Presidente da República frente aos destinos do nosso País.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO LÚCIO MACHADO

- 16-12-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre editorial publicado em jornal de nossa Capital e sob o título "Por engano Polícia Metralha Favelado".
- 20-12-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre problemática da nossa Lei Eleitoral.

## ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

## PORTARIAS BAIXADAS PELO SENHOR DIRETOR GERAL

- 593-76 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 1/76, aos funcionários deste Poder, que especifica.
- 594-76 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Nelson Silvio Santos, funcionário deste Poder.
- 595-76 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Norberto Hush, funcionário deste Poder.
- 596-76 - Autorizando a Olímpio de Sá Sotto Maior, funcionário deste Poder, a prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 597-76 - Antecipando as férias concedidas a Merchid Belich Filho, funcionário deste Poder.
- 598-76 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Celina Bianchi, funcionária deste Poder.
- 599-76 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 1/76, aos funcionários deste Poder, que especifica.
- 600-76 - Concedendo a Ivete Henequem Dranka, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 601-76 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Hamilton G. Carneiro, funcionário contratado deste Poder.
- 602-76 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Lupercina da R. Conte, funcionária deste Poder.
- 603-76 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Nelita R. Hartmann, funcionária deste Poder.
- 604-76 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Maria A. M. S. G. B. Xavier, funcionária deste Poder.
- 605-76 - Revogando a Portaria nº 533, de 12 de outubro de 1976.
- 606-76 - Designando Guadência Teixeira, funcionária deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretária deste Poder.
- 607-76 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Eumênia de Oliveira, funcionária deste Poder.
- 608-76 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Rosi Maira Bandeira de Assis, funcionária deste Poder.
- 609-76 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Valdecir Nassar, funcionário deste Poder.
- 610-76 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Silvio R. Liegel, funcionário deste Poder.
- 611-76 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Maria H. C. Conter, funcionária deste Poder.
- 612-76 - Concedendo 15 dias de licença para tratamento de saúde a Neuza Alves de Oliveira, funcionária deste Poder.
- 613-76 - Concedendo a Lindamir G. Bergonovo, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1976.
- 614-76 - Concedendo a Marilu F. Becker, funcionária deste Poder, 30 dias de férias, referentes ao ano de 1976.
- 615-76 - Concedendo a Rui F. Gabardo, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1976.
- 616-76 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a José Carlo P. Portela, funcionário deste Poder.
- 617-76 - Revogando a Portaria número 57/75, de 12 de março de 1975, na forma que especifica.
- 618-76 - Autorizando a Carlos Pertel, ocupante de cargo em comissão a prestar serviços extraordinários conforme especifica.
- 619-76 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Adel M. F. Espínola, funcionária deste Poder.
- 620-76 - Autorizando a Admir Bork, funcionário deste Poder, a prestar serviços extraordinários conforme especifica.
- 621-76 - Revogando a Portaria nº 441/75, de 14 de agosto de 1975.
- 622-76 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Darci Antônio Budel, funcionário deste Poder.
- 623-76 - Autorizando a Renato Bernardi, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários conforme especifica.
- 624-76 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Leonilda Bitencourt, funcionário deste Poder.
- 625-76 - Revogando a Portaria 203/76, de 28 de abril de 1976.
- 626-76 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Silvio Sebastiani, funcionário deste Poder.
- 627-76 - Autorizando a Olga Popovich, funcionária deste Poder, a prestar serviços extraordinários conforme especifica.
- 628-76 - Designando Nair B. Bonfim, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da ARENA.
- 629-76 - Designando Hilario Bellic, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do MDB.
- 630-76 - Concedendo a Leonilda Bitencourt, funcionária deste Poder, 21 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 631-76 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Maria Menegusso, funcionária deste Poder.
- 632-76 - Revogando a Portaria número 402/76, de 21 de junho de 1976.
- 633-76 - Autorizando a Edith Baudisch, ocupante do cargo em Comissão neste Poder, a prestar serviços extraordinários, conforme especifica.

## DECRETOS LEGISLATIVOS

- 655-76 - Mandando incorporar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Dirceu Alves Cordeiro, funcionário deste Poder.
- 656-76 - Mandando incorporar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Nicanor de Vasconcellos, funcionário deste Poder.
- 657-76 - Retificando "ex-officio", o Decreto Legislativo número 332/76 de 06 de maio de 1976.
- 658-76 - Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Carmem A. Fregoneze, funcionária deste Poder.
- 659-76 - Revogando o Decreto Legislativo número 480, de 21 de julho de 1976.
- 660-76 - Provendo em comissão, Edith Baudich, no cargo em comissão que especifica.
- 661-76 - Retificando "ex-officio", o Decreto Legislativo número 77, de 11 de novembro de 1958.
- 662-76 - Retificando "ex-officio", o Decreto Legislativo número 487/76 de 26 de dezembro de 1972.
- 663-76 - Mandando pagar a João Vitor Farago do Brasil e Sérgio Ubiratã Farago do Brasil, auxílio que especifica.
- 664-76 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Boanerges M. Caldas, funcionário deste Poder.
- 665-76 - Mandando pagar a Selma Dias, auxílio que especifica.
- 666-76 - Mandando pagar a Audalio Moreira, auxílio que especifica.
- 667-76 - Incorporando tempo de serviço em favor de Zildete Texeira, na forma que especifica.
- 668-76 - Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de João Farinhak, funcionário deste Poder.
- 669-76 - Incorporando para todos os efeitos legais tempo de serviço em favor de Maria L. Rocha, funcionária deste Poder.
- 670-76 - Retificando o item II do Decreto Legislativo número 633/75 de 10 de setembro de 1975.
- 671-76 - Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Plácido C. de Paula, funcionário deste Poder.
- 672-76 - Mandando incorporar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Osmar L.D. Passos, funcionário deste Poder.
- 673-76 - Promovendo os funcionários deste Poder, que especifica.
- 674-76 - Concedendo acesso na inicial da Série de Classes de Oficial Administrativo, o funcionário Dirceu G. Cordeiro deste Poder.
- 675-76 - Promovendo os funcionários deste Poder, que especifica.
- 676-76 - Concedendo acesso na inicial da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, os funcionários que especifica.
- 677-76 - Promovendo os funcionários deste Poder, que especifica.
- 678-76 - Promovendo os funcionários deste Poder, que especifica.
- 680-76 - Concedendo a Orlando Nadlin, ora à disposição deste Poder, gratificação que especifica.
- 681-76 - Concedendo a Humberto Moro Redeschí, funcionário deste Poder, gratificação que especifica.

## RELATÓRIOS:

Relatório do Movimento registrado na Seção de Controle e Movimentação de Processos durante o mês de Abril de 1976.

Mensagens . . . . .	2
Projetos de Lei . . . . .	16
Projetos de Resolução . . . . .	20
Ofícios do Governo . . . . .	19
Ofícios dos Srs. Deputados . . . . .	120
Requerimentos dos Srs. Deputados . . . . .	302
Ofícios dos Srs. Funcionários . . . . .	102
Requerimentos dos Srs. Funcionários . . . . .	137
Ofícios Diversos . . . . .	106
Requerimentos Diversos . . . . .	134
Comissões . . . . .	26
Prestações de Contas . . . . .	10
Telegramas . . . . .	2
Ordens Internas de Serviços . . . . .	4
FEPPA . . . . .	2
Expedientes . . . . .	2
Laudos Médicos . . . . .	3
Cartas . . . . .	11
Circular . . . . .	1
Despachos lançados nas respectivas fichas Kardex . . . . .	5212

## CARGAS

Protocolo . . . . .	1017
Presidência . . . . .	218
1ª Secretaria . . . . .	682
2ª Secretaria . . . . .	168
Diretoria Geral . . . . .	998

Departamento Administrativo	739
Departamento Legislativo	83
Departamento de Finanças	356
G.A.T.	116
Departamento Pessoal - Dec. Leg. e Portarias	585
Oficina e Manutenção	7
Liderança da ARENA e MDB	4
Senhores Deputados	4
Cerimonial	3
Serviço Médico	3
Biblioteca	3
Relações Públicas	1
Controle Mov. Legislativo	189
Consultoria Jurídica	1
Comissões	31
Serviços Gerais	2
Assistência Judiciária	1
Diversas	1
Atendimentos - Guichê	1452
Atendimento - Telefone	696

## SERVIÇO DE EXPEDIÇÃO — ABRIL - 1976

Ofícios expedidos pelo Sr. Presidente	141
Ofícios Expedidos pelo Sr. Secretário	144
Ofícios Expedidos pelo Sr. 2º Secretário	2
Ofícios Expedidos ao Sr. Governador	30
Ofícios Expedidos a Diversos	3870
Telegramas	559
Radiogramas	57

## RELATÓRIO do Movimento registrado na Seção de Controle e Movimentação de processos durante o mês de maio de 1976.

Mensagens	5
Projetos de Lei	22
Projetos de Resolução	14
Ofícios do Governo do Estado	27
Ofícios dos Deputados	217
Requerimentos dos Srs. Deputados	422
Ofícios dos Funcionários	88
Requerimentos dos Funcionários	149
Ofícios Diversos	188
Comissões	24
Prestações de Contas	19
Telegramas	8
Ordem Interna de Serviço	3
FEPPA	2
Expediente	3
Laudos Médicos	2
Cartas	6
Emendas	1
Contrato	1

## CARGAS

Protocolo	1357
Despachos nas respectivas fichas Kardex	6147
Presidência	218
2ª Vice-Presidência	1
1ª Secretária	775
2ª Secretária	83
Diretoria Geral	1166
Departamento Administrativo	806
Departamento Legislativo	217
Departamento de Finanças	250
G.A.T.	59
Dep. Pessoal - Dec. Leg. e Portarias	407
Div. Ordem do Dia, Autografia	248
Oficina e Manutenção	11
Lideranças da ARENA e MDB	6
Senhores Deputados	23
Cerimonial	6
Serviço Médico	3
Biblioteca	4
Relações Públicas	10
Serviço de Controle e Mov. Legislativa	420
Consultoria Jurídica	2
Comissões	56
Assistência Judiciária	4
Diversas	5
Atendimentos - Guichê	1164
Atendimento - telefone	940

## SERVIÇO DE EXPEDIÇÃO DO MÊS DE MAIO DE 1976

Ofícios Expedidos pelo Sr. Presidente	874
Ofícios expedidos pelo Sr. 1º Secretário	215
Ofícios expedidos pelo Sr. 2º Secretário	3
Ofícios expedidos ao Sr. Governador	39
Ofícios expedidos a Diversos	5400

Telegramas	327
Radiogramas	73

## RELATÓRIO do Movimento registrado na Seção de Controle e Movimentação de Processos durante o mês de julho de 1976.

Mensagens	30
Ofícios do Governo	51
Ofícios dos Srs. Deputados	105
Requerimentos dos Srs. Deputados	126
Ofícios dos Srs. Funcionários	65
Requerimentos dos Srs. Funcionários	115
Ofícios Diversos	113
Requerimentos Diversos	161
Comissões	3
Prestações de Contas	3
Telegramas	9
Ordens Internas de Serviços	1
FEPPA	1
Expediente	1
Laudos médicos	2
Cartas	5
Circular	1
Despachos lançados em fichas Kardex	3064

## CARGAS

Protocolo	791
Presidência	62
Vice-Presidência	2
1ª Secretária	494
2ª Secretária	16
Diretoria Geral	560
Departamento Administrativo	538
Departamento Legislativo	78
Departamento Finanças	202
G.A.T.	46
Departamento Pessoal, Dec. Leg. e Portarias	193
Ordem do Dia e Autografia	52
Oficina e Manutenção	7
Lideranças ARENA e MDB	3
Senhores Deputados	2
Cerimonial	5
Serviço Médico	1
Biblioteca	1
Relações Públicas	6
Serviço de Controle e Movimentação Legislativa	2
Comissões	1
Consultoria Jurídica	1
Diversas	1
Atendimentos ao Guichê	1092
Atendimentos ao Telefone	478

## SERVIÇO DE EXPEDIÇÃO — JULHO DE 1976

Ofícios expedidos pelo Sr. Presidente	746
Ofícios expedidos pelo Sr. 1º Secretário	122
Ofícios expedidos pelo Sr. 2º Secretário	1789
Ofícios expedidos ao Sr. Governador do Estado	71
Ofícios expedidos a Diversos	8937
Telegramas	201
Radiogramas	83

## RELATÓRIO do movimento registrado na Seção de controle de processos durante o mês de agosto de 1976.

Mensagens	17
Projetos de Lei	15
Projetos de Resolução	22
Ofícios do Governo	6
Ofícios dos Srs. Deputados	137
Ofícios dos Srs. Funcionários	102
Requerimentos dos Srs. Deputados	276
Requerimentos dos Srs. Funcionários	168
Ofícios Diversos	98
Requerimentos Diversos	165
Comissões	11
Prestações de Contas	13
Telegramas	1
Ordem Interna de Serviço	1
FEPPA	2
Expediente	7
Laudos médicos	4
Cartas	4
Despachos lançados em fichas Kardex	5049

**CARGAS**

Protocolo . . . . .	1012
Presidência . . . . .	82
1ª Vice-Presidência . . . . .	2
1ª Secretaria . . . . .	564
2ª Secretaria . . . . .	66
Diretoria Geral . . . . .	1004
Departamento Administrativo . . . . .	877
Departamento Legislativo . . . . .	213
Departamento Finanças . . . . .	247
G.A.T. . . . .	69
Departamento Pessoal, Dec. Leg. e Portarias . . . . .	406
Ordem do Dia e Autografia . . . . .	160
Oficina e Manutenção . . . . .	11
Lideranças da ARENA e MDB . . . . .	3
Senhores Deputados . . . . .	5
Cerimonial . . . . .	1
Serviço Médico . . . . .	2
Biblioteca . . . . .	2
Dep. Relações Públicas . . . . .	11
Serviço de Controle e Mov. Legislativo . . . . .	237
Divisão de Compras . . . . .	4
Serviço de Segurança . . . . .	1
Assistência Judiciária . . . . .	3
Comissões . . . . .	60
Consultoria Jurídica . . . . .	2
Diversos . . . . .	5
Atendimentos ao Guichê . . . . .	1060
Atendimentos ao Telefone . . . . .	628

**SERVIÇO DE EXPEDIÇÃO – AGOSTO DE 1976**

Ofícios expedidos pelo Sr. Presidente . . . . .	919
Ofícios expedidos pelo 1º Secretário . . . . .	151
Ofícios expedidos pelo 2º Secretário . . . . .	4
Ofícios expedidos ao Sr. Governador . . . . .	32
Ofícios expedidos a Diversos . . . . .	5270
Telegramas . . . . .	264
Radiogramas . . . . .	93

**RELATÓRIO do movimento registrado na Seção de Controle de Processos durante o mês de setembro de 1976.**

Mensagens . . . . .	16
Projetos de Lei . . . . .	15
Projetos de Resolução . . . . .	16
Ofícios do Governo . . . . .	18
Ofícios dos Srs. Deputados . . . . .	80
Ofícios dos Srs. Funcionários . . . . .	99
Requerimentos dos Deputados . . . . .	172
Requerimentos dos Funcionários . . . . .	130
Ofícios Diversos . . . . .	92
Requerimentos Diversos . . . . .	141
Comissões . . . . .	16
Prestações de Contas . . . . .	21
Telegramas . . . . .	1
Expedientes . . . . .	5
FEPPA . . . . .	1
Cartas . . . . .	2
Laudos Médicos . . . . .	4
Propostas . . . . .	2
Ordem Interna de Serviço . . . . .	4
Emendas . . . . .	2
Despachos lançados em fichas Kardex . . . . .	3769

**CARGAS**

Protocolo . . . . .	825
Presidência . . . . .	85
1ª Secretaria . . . . .	452
2ª Secretaria . . . . .	45
Diretoria Geral . . . . .	747
Departamento Administrativo . . . . .	489
Departamento Legislativo . . . . .	168
Departamento Finanças . . . . .	74
G.A.T. . . . .	48
Dep. Pessoal, Dec. Leg. e Portarias . . . . .	408
Ordem do Dia e Autografias . . . . .	149
Oficina e Manutenção . . . . .	11
Lideranças da ARENA e MDB . . . . .	2
Senhores Deputados . . . . .	7
Serv. Médico-Odontológico . . . . .	5

Biblioteca . . . . .	1
Relações Públicas . . . . .	6
Serv. de Controle e Mov. Legislativa . . . . .	199
Serviço de Segurança . . . . .	1
Contabilidade . . . . .	1
Assistência Social . . . . .	1
Divisão das Comissões . . . . .	43
Diversas . . . . .	2
Atendimentos ao Guichê . . . . .	1025
Atendimentos ao Telefone . . . . .	358
<b>SERVIÇO DE EXPEDIÇÃO – MÊS DE SETEMBRO DE 1976</b>	
Ofícios expedidos pelo Sr. Presidente . . . . .	137
Ofícios expedidos pelo 1º Secretário . . . . .	464
Ofícios expedidos pelo 2º Secretário . . . . .	2
Ofícios expedidos ao Sr. Governador . . . . .	41
Ofícios expedidos a Diversos . . . . .	4609
Telegramas . . . . .	217
Radiogramas . . . . .	174

**RELATÓRIO do movimento registrado na seção de controle e processos durante o mês de novembro de 1976.**

Mensagens . . . . .	11
Projetos de Lei . . . . .	17
Projetos de Resolução . . . . .	12
Ofícios do Governo . . . . .	7
Ofícios dos Srs. Deputados . . . . .	100
Requerimentos dos Deputados . . . . .	105
Ofícios dos Funcionários . . . . .	114
Requerimentos dos Funcionários . . . . .	119
Ofícios Diversos . . . . .	134
Requerimentos Diversos . . . . .	183
Comissões . . . . .	5
Prestação de Contas . . . . .	7
Telegramas . . . . .	1
Expedientes . . . . .	5
Ordem Interna de Serviço . . . . .	2
Laudos médicos . . . . .	1
Cartas . . . . .	4
Emendas . . . . .	2
FEPPA . . . . .	2
Despachos lançados em fichas Kardex . . . . .	4023

**CARGAS**

Protocolo . . . . .	831
Presidência . . . . .	106
1ª Secretaria . . . . .	421
2ª Secretaria . . . . .	42
Diretoria Geral . . . . .	658
Departamento Administrativo . . . . .	582
Departamento Legislativo . . . . .	151
Departamento Finanças . . . . .	599
G.A.T. . . . .	36
Departamento Pessoal, Dec. Leg. e Portarias . . . . .	197
Ordem do Dia e Autografias . . . . .	109
Oficina e Manutenção . . . . .	21
Liderança da ARENA e MDB . . . . .	4
Senhores Deputados . . . . .	1
Biblioteca . . . . .	1
Relações Públicas . . . . .	5
Serv. Cont. e Mov. Legislativo . . . . .	176
Comissões . . . . .	40
Cerimonial . . . . .	1
Consultoria Jurídica . . . . .	3
Serviço Médico . . . . .	1
Assistência Judiciária . . . . .	2
Serviços Gerais . . . . .	30
Assistência Social . . . . .	1
Diversas . . . . .	5
Atendimento - Guichê . . . . .	1024
Atendimentos ao Telefone . . . . .	579

**SERVIÇO DE EXPEDIÇÃO – MÊS DE NOVEMBRO DE 1976**

Ofícios expedidos pelo Sr. Presidente . . . . .	81
Ofícios expedidos pelo 1º Secretário . . . . .	249
Ofícios expedidos pelo 2º Secretário . . . . .	1
Ofícios expedidos ao Sr. Governador . . . . .	37
Ofícios expedidos a Diversos . . . . .	2073
Telegramas . . . . .	422
Radiogramas . . . . .	133